

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

**INDONÉSIA:**  
CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DINÂMICA REGIONAL

AUTOR: RÔMULO BARIZON PITT

ORIENTADOR: PROFESSOR DR. JOSÉ MIGUEL QUEDI MARTINS

PORTO ALEGRE

2011

RÔMULO BARIZON PITT

# ÍNDONÉSIA:

## CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DINÂMICA REGIONAL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

PORTO ALEGRE

2011

RÔMULO BARIZON PITT

# INDONÉSIA:

## CONSTRUÇÃO DO ESTADO E DINÂMICA REGIONAL

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: Porto Alegre, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

---

Prof. Dr. José Quedi Martins - orientador  
UFRGS

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini  
UFRGS

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik  
UFRGS

PORTO ALEGRE

2011

## **Agradecimentos**

Primeiramente, agradeço à minha família, cujo constante suporte teve um valor imensurável, em todos os sentidos.

Agradeço à Camila Moreira Cesar, a melhor companhia para todos os momentos, pela compreensão magnânima e pela ajuda na revisão deste trabalho.

Agradeço ao colega e amigo Bruno Magno, que esteve à disposição para reflexões e revisões nos momentos mais necessários, e aos amigos Pedro Brittes, Athos Munhoz e Bruno Guimarães pelos anos de amizade e pelos debates asiáticos. Gostaria de agradecer aqui à todos aqueles que me propiciaram momentos de verdadeiro companheirismo durante o curso, mas, como temo não me lembrar de todos os nomes, vou me reservar o direito de afirmar que vocês sabem quem são.

Por provocar em mim o interesse pela pesquisa acadêmica, e pelo apoio e amizade, agradeço ao meu orientador, o Prof. José Miguel Martins. Pela oportunidade e pelo crescimento acadêmico que me propiciaram, agradeço aos professores Marco Cepik e Érico Duarte.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao corpo docente do curso de Relações Internacionais pelo alto grau de crescimento pessoal e profissional que foi disponibilizado durante os quatro anos da graduação.

## **Resumo**

Este trabalho aborda a relação entre a construção do Estado indonésio e a inserção na dinâmica regional e internacional. Para tanto, esta pesquisa trabalha com as principais forças políticas que competiram entre si desde o início dos movimentos anticoloniais, nomeadamente o Nacionalismo, o Comunismo e o Islamismo. A partir da comparação entre estas três forças e a avaliação do debate protagonizado por elas, este trabalho visa analisar as principais forças por trás do perfil de atuação internacional e o curso da política doméstica indonésia. A pesquisa se divide em três grandes processos históricos: I) a luta pela independência; II) a democracia parlamentar, a Democracia Dirigida e a transição para a Nova Ordem; e III) o período atual, pós-Suharto. Como objetivo de pesquisa, o trabalho procura responder as questões mais relevantes para o estudo de Indonésia: Qual é a sustentabilidade do atual crescimento econômico e político do país? Qual é a força das iniciativas de cooperação regional daquele país frente à atuação das grandes potências na Ásia-Pacífico? Quais são as principais forças em jogo na esfera doméstica daquele país? Além destas questões, o estudo atribui sua justificativa social ao crescente papel da Indonésia no cenário internacional e do aumento das possibilidades de cooperação bilateral entre Brasil e Indonésia. Neste contexto, o ano de 2011 foi especialmente significativo no incremento da cooperação bilateral. Como conclusões de pesquisa, o estudo aponta que, ao contrário do que afirmava a bibliografia do início da década, o Estado indonésio não está à beira do colapso, como apontaram diversos analistas. Entretanto, sérios problemas permanecem, tanto no nível externo quanto no nível interno. Dentre os principais indicadores para a sustentabilidade do desenvolvimento econômico indonésio, destaca-se a questão da escolha da nova capital.

Palavras-chave: Indonésia, ASEAN, Sudeste Asiático, Construção do Estado, Regionalismo

## **Abstract**

This work address the relation between the Indonesian state building and its insertion on the regional and international dynamics. For this, this research deals with the main political forces that have competed among themselves since the beginning of anticolonialist movements. Namely, Nationalism, Communism and Islamism. From the comparation among those three forces and the evaluation of the debate protagonized by them, this work looks for analyze the main forces behind its international profile and the course of domestic politics. The research is divided in three historical moments: I) The National Awakening; II) Parliamentary Democracy, Guided Democracy and the transition to the New Order; and III) The present period, post-Suharto. As the objective of research, the work seeks to answer the most relevant questions for Indonesian studies: what is the sustainability of the present economical and political growth of the country? What is the power of regional cooperation initiatives of that country face to the acting of Asia-Pacific powers? What are the main forces in domestic politics sphere in that country? Furthermore these questions, the study attributes its social reason to the growing role of Indonesia in international scenario and the increasing of the possibilities of bilateral cooperation between Brazil and Indonesia. In this context, the year of 2011 was particularly meaningful in the increasing of bilateral cooperation. As research conclusions, the study appoints that on the contrary that what was affirmed in the bibliography of the beginning of the decade, the Indonesian state is not on the brink of collapse, as affirmed by various analysts. Nevertheless, serious problems still, both in external and internal levels. Among the main indicators for the sustainability of Indonesian economic development, it is highlighted the choice of the country's new capital.

**Keywords:** Indonesia, ASEAN, State building, Regionalism, Southeast Asia

## **Lista de Quadros**

Quadro 1. Principais Projetos Políticos Locais.....	21
Quadro 2. Principais Personagens Políticos.....	21
Quadro 3. Principais Partidos Políticos em 1955.....	35
Quadro 4. Principais Partidos Políticos Hoje.....	59

## **Lista de Mapas**

Mapa 1. Indonésia.....	14
------------------------	----

## **Lista de Abreviaturas e Siglas**

AEKI – Associação de Produtores e Exportadores de Café da Indonésia

ARF – Foro Regional da ASEAN

ASA – Associação do Sudeste Asiático

ASEAN – Associação das Nações do Sudeste Asiático

DI – Darul Islam

GOLKAR – Partido dos Grupos Funcionais

JI - Jemaah Islamiyah

KNIL – Guarda Real das Índias Holandesas

KOSTRAD – Reserva Estratégica do Exército

NASAKOM – Nacionalismo, Religião e Comunismo

NU – Nahdatul Ulama

PD – Partido Democrático

PDI – Partido Democrático da Indonésia

PDI-P – Partido Democrático da Indonésia-Luta

PKI – Partido Comunista da Indonésia

PNI – Partido Nacional da Indonésia

PPP – Partido do Desenvolvimento Unido

PSI – Partido Socialista da Indonésia

SBY – Susilo Bambang Yudhoyono

SI – Sarekat Islam

TAC – Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1. AS ORIGENS DO NACIONALISMO INDONÉSIO E A GUERRA ENTRE IMPÉRIOS .....	15
1.1 A Herança do Mundo Colonial .....	16
1.2. O Surgimento dos Nacionalismos .....	18
1.2.1. O Nacionalismo Secular e a Pancasila.....	22
1.2.2. O Islamismo .....	24
1.2.3. O Partido Comunista .....	26
1.3. A Ocupação Japonesa e a Esfera de Co-Prosperidade .....	27
1.4. A Independência.....	30
2. TRANSMUTAÇÕES IDEOLÓGICAS: DE SUKARNO A SUHARTO .....	33
2.1. O Pós-Guerra e a Democracia Parlamentar .....	34
2.1.1. A Ascensão dos Comunistas .....	35
2.1.2. A Nova Força Política: O Exército.....	37
2.2. Vivere Pericoloso .....	40
2.3. A Nova Ordem e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN).....	46
3. INDONÉSIA HOJE .....	51
3.1. Reformasi.....	51
3.2. Principais Desafios Internos .....	54
3.3. Principais Desafios Externos .....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	63
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66

## INTRODUÇÃO

Este trabalho versará sobre a construção estatal da República Indonésia sob a perspectiva de sua atuação na dinâmica regional. Para elucidar as principais forças por de trás do padrão de inserção internacional do país, este trabalho tem como base o argumento de que é necessário determinar quais são os principais projetos políticos que se consolidaram desde os primeiros momentos do movimento independentista. Mais especificamente, três visões de Estado competiram desde a independência: o nacionalismo indonésio, o islamismo político e o comunismo. Analisando o caminho percorrido pelo Estado indonésio nas suas aproximadamente seis décadas de existência, sob a luz do jogo entre estes três grandes projetos, a pesquisa aqui apresentada tem como objetivo esclarecer quais são as principais relações entre as decisões tomadas pela Indonésia na esfera internacional.

A justificativa do trabalho reside, principalmente, na superficialidade com que o país é tratado na bibliografia nacional em relação à crescente importância que a Indonésia tem para o sistema internacional e, por conseguinte, para o Brasil. Não só as possibilidades de relação bilateral se apresentam cada vez mais, mas mesmo a trajetória do país em si é de interesse para nós. A Indonésia, assim como o Brasil, desponta como uma liderança natural em uma região constituída de países em desenvolvimento. A partir dessa semelhança fundamental, diversos pontos em comum emanam em uma comparação entre a trajetória dos dois países. Ao mesmo tempo, enquanto os dois países não podem ser considerados grandes potências, seu papel no cenário internacional é determinante. Para ambas as nações, a atuação no cenário internacional se apresenta como uma necessidade tendo em vista o desenvolvimento nacional. Como economias emergentes, o dilema entre autonomia e entrada de investimentos se apresentou de forma também semelhante entre os dois países.

Todavia, mais importante do que as semelhanças nas trajetórias nacionais, são as possibilidades no aprofundamento do relacionamento bilateral. A estrutura econômica dos dois países é de tal semelhança que não existe uma amplitude nas opções: ou se empreende uma relação de cooperação, ou os dois países estão fadados à competição. Ambos possuem vastas reservas florestais e de biodiversidade, foram centrais na construção das respectivas organizações de cooperação regional e procuram defender seus interesses a despeito do antagonismo entre as grandes potências. A Indonésia, além disso, é atualmente o terceiro maior produtor de café do mundo, e ambos os países estão no G-20. Nesta conjuntura, é

esperado que a Indonésia passe a cada vez mais estar presente nos principais foros internacionais nos quais o Brasil busca confirmar sua crescente influência internacional.

Os últimos anos se provaram especialmente favoráveis ao maior contato entre o Brasil, a Indonésia e a organização na qual este país é um dos principais protagonistas, a Associação das Nações do Sudeste Asiático, ASEAN. O primeiro contato substancial entre os dois países data de 1996, quando foi assinado o primeiro memorando sobre relações bilaterais. A partir daí, as relações bilaterais em nível ministerial se mantiveram inertes. Entretanto, no ano de 2008, a cooperação bilateral ganhou novo ímpeto com a ratificação de uma série de tratados em questões estratégicas para os dois países, culminando na Declaração sobre a Parceria Estratégica entre os dois países.

Mas é neste ano, 2011, que os esforços de aprofundamento nas relações bilaterais começaram a dar frutos consistentes. Em novembro, em um encontro prévio às reuniões de cúpula da ASEAN e dos parceiros de diálogo oficiais, ocorreu em novembro uma missão de negócios entre Brasil e a organização asiática, sob os auspícios do Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de uma Comissão Mista para Cooperação Bilateral, de 2007, e demais acordos recentes. O encontro contou com a presença do Ministro de Relações Exteriores brasileiro, que também assinou o Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN. Assim, o Brasil é o primeiro país da América Latina que acede ao Tratado, considerado o principal passo para o aprofundamento das relações bilaterais entre a ASEAN e os países extrabloco. Se o Brasil ratificar o Tratado no Congresso, abrir-se-á a possibilidade de oficialização do país como parceiro de diálogo da ASEAN, podendo assim melhor desfrutar da estrutura organizacional da Associação. Com a assinatura do Tratado, a inserção do Brasil na Ásia ganha nova força, contrastando com o período anterior em que as iniciativas governamentais brasileiras se encontravam muito aquém em relação a outras nações do continente. A entrada do Brasil no Tratado também significa que a ASEAN, e assim a Indonésia, estarão mais próximas do que nunca de uma articulação política com os BRICS, visto que agora a África do Sul é o único membro do bloco ainda não assinou o TAC.

Mais especificamente, o Brasil assinou nesta ocasião seu primeiro ato bilateral com a Indonésia desde 2008, renovando o interesse em cooperar com esta nação. O memorando, que versa sobre a cooperação bilateral, concretiza as proposições dos antigos memorandos no que concerne ao aprofundamento das relações no comércio e nos investimentos. Conjuntamente à assinatura do TAC, o que se verifica é o início de um período inédito de cooperação entre o Brasil e a Indonésia.

Para cumprir o objetivo de avançar nos estudos de Indonésia em relação à bibliografia nacional e internacional, este trabalho adotará uma pesquisa em profundidade sobre os principais projetos políticos na Indonésia. De forma a melhor explicar o comportamento internacional daquele país, vislumbrou-se que as grandes linhas políticas da Indonésia representam o principal debate político doméstico, ao mesmo tempo em que determinam como a conjuntura do cenário internacional é interpretada. Para melhor avaliar o peso do debate entre as principais visões de Estado ao longo da história das relações internacionais da Indonésia, também serão reconstituídos os principais momentos da política externa do país.

A pesquisa procurará responder (ou apontar os principais indicadores para uma futura análise sobre) as principais questões concernentes ao futuro da Indonésia. Uma análise superficial sobre a Indonésia levanta o interesse do analista principalmente ao histórico de movimentos secessionistas, terrorismo e problemas relacionados à infraestrutura e desastres ecológicos. Ao mesmo tempo, uma breve revisão histórica mostra como o país foi protagonista na articulação com outros países em desenvolvimento, o antigo Terceiro Mundo. Qual é a sustentabilidade do atual crescimento econômico e político do país? Qual é a força das iniciativas de cooperação regional daquele país frente à atuação das grandes potências na Ásia-Pacífico? Quais são as principais forças em jogo na esfera doméstica daquele país?

Embora o estudo tenha estas questões fundamentalmente contemporâneas como norteadoras da pesquisa, a análise comprovou que as forças em jogo hoje são decididamente tributárias do debate político que permeou a identidade do Estado indonésio desde os primeiros momentos do sentimento nacional. Assim, este trabalho fará um recorte histórico para melhor analisar a atuação das forças fundamentais na política indonésia nos principais momentos da atuação internacional do país.

No primeiro capítulo será tratado o período do surgimento do Estado indonésio, desde as raízes dos movimentos nacionais até o reconhecimento da independência por parte da Holanda em 1950. O estudo apresentado neste capítulo é basicamente descritivo das três principais forças que emergiram em oposição ao domínio colonial. Assim, dentre os três capítulos, este oferecerá a menor quantidade de análise reflexiva, centrando na revisão bibliográfica das obras seminais de estudos sobre Indonésia. Neste capítulo, será proeminente o estudo feito por George Kahin (2003), cuja primeira publicação data de 1958 e constitui ainda hoje a principal obra sobre o movimento nacionalista indonésio, e as análises mais recentes de Drakeley (2005) e Brown (2004). Embora estas três forças viessem a sofrer transformações, como abordado nos capítulos subsequentes, seu entendimento é necessário

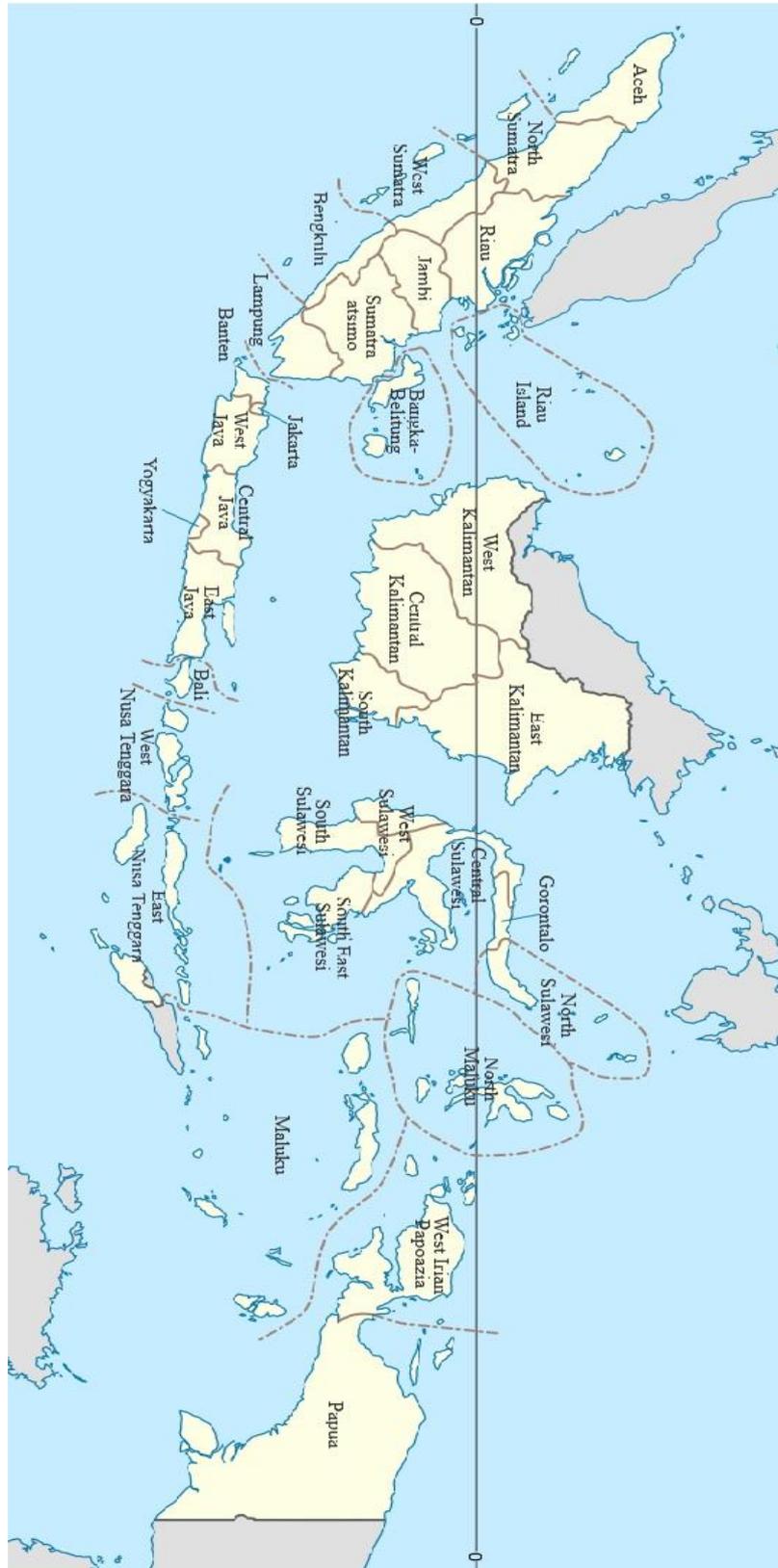
para a apreensão do papel que as forças políticas futuras desempenham sobre a política doméstica e externa.

O segundo capítulo foca no período da presidência de Sukarno e na posterior transição ao regime de Suharto. Metodologicamente, este capítulo combina a apreciação dos outros principais indonésianistas com uma reflexão do significado da transição do período da Democracia Guiada, de Sukarno, para a Nova Ordem de Suharto. A Democracia Guiada foi marcada pela hegemonia do nacionalismo esquerdista, cujo projeto internacional esteve representado na Conferência de Bandung. Enquanto na Nova Ordem os militares impuseram sua versão liberal sobre o movimento nacionalista, tendo como símbolo a Declaração de Bangkok e a ASEAN na sua primeira configuração. As principais obras apresentadas neste capítulo serão a de Crouch (2007), Robison (2009) e Weinstein (2007). Crouch apresenta um estudo seminal sobre o papel do exército indonésio e, à semelhança de Kahin, representa um processo de pesquisa *in loco*. Weinstein produz outro estudo clássico, feito também na própria Indonésia, enquanto Robison é o mais conceituado historiador marxista que versa sobre o país. Embora a obra de Friend (2003) seja citada, sua análise não receberá tanta atenção dada a relativa menor significância de sua perspectiva para os fins deste estudo.

O terceiro capítulo foca no período contemporâneo e nas questões mais relevantes para a resposta das perguntas de pesquisa supracitadas. Destarte, este capítulo compreende o maior grau de reflexão crítica sobre a conjuntura indonésia, tendo como principal base bibliográfica os trabalhos expostos nos capítulos anteriores. Esta base será auxiliada com os artigos mais recentes sobre os temas apresentados. A principal contribuição deste capítulo para o objetivo de pesquisa, entretanto, é a reflexão sobre os principais fatores na esfera interna e externa da política indonésia.

As conclusões desta pesquisa giram em torno da enumeração dos principais indicadores, em sequência ao capítulo III, e apontando os principais possíveis desdobramentos. Também será contemplado o contexto de crescimento nas relações bilaterais Brasil-Indonésia, concluindo o pensamento que foi iniciado nesta introdução.

Mapa 1. Indonésia



Fonte:

[http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f1/Indonesia\\_provinces\\_location\\_map-en.svg](http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/f/f1/Indonesia_provinces_location_map-en.svg)

## **1. AS ORIGENS DO NACIONALISMO INDONÉSIO E A GUERRA ENTRE IMPÉRIOS**

O presente capítulo avaliará em perspectiva os pontos mais importantes da trajetória nacional da Indonésia para a dinâmica regional há partir da herança colonial e das origens do sentimento nacional, no começo do século XX, até o reconhecimento formal da independência, em 1950. Assim, três períodos históricos serão diretamente contemplados: o nacionalismo no início do século XX, a suplantação do mundo colonial europeu pela ocupação japonesa no sudeste asiático e a luta pela independência contra a antiga metrópole de 1945 até 1950.

Serão apresentados também os projetos de Estado, muitas vezes concorrentes, que surgiram desde o início dos movimentos nacionais nas Índias Orientais Holandesas. Mais do que uma separação organizacional, a divisão entre os projetos de Estado pode ser analisada por meio da categorização de tipos ideais, através da distinção entre os elementos de cada linha ideológica. Neste capítulo, trabalhar-se-à com três tipos, a saber: os grupos islamistas, o nacionalismo secular e o comunismo. O estudo destes projetos se faz essencial para analisar o curso histórico posterior da Indonésia, assim como possibilita avaliar quais elementos nacionais foram determinantes no papel que o país exerceu para a dinâmica regional.

Paralelamente ao jogo entre os planos internos, o conflito entre projetos internacionais determinou o curso da Indonésia no período. Este é o momento em que o mundo do neocolonialismo europeu se deparou com o imperialismo pan-asiático japonês, embate no qual o aparato governamental holandês, em semelhança com outras colônias no sudeste asiático, foi em grande parte destruído e suplantado.

Deste modo, a análise do período permite vislumbrar como os projetos nacionais e internacionais para a Indonésia se inter-relacionaram mesmo no período pré-independência. Foi o choque de impérios que deu espaço para que os indonésios, gradualmente, experimentassem a autogestão. A partir daí, o que se deu foi um processo em que cada vez mais a participação do país foi aceita no cenário internacional, tendo como ápice o reconhecimento holandês da independência indonésia cinco anos após a declaração. Os projetos nacionais aqui apresentados se perpetuaram nos períodos subsequentes, determinando as opções ideológicas dos governos futuros.

## 1.1 A Herança do Mundo Colonial

O arquipélago malaio nunca presenciou um governo que unificasse todas as ilhas no período pré-colonial. Mesmo sob o poder colonial das Índias Orientais Holandesas, a unificação do território<sup>1</sup> só foi feita após séculos da presença holandesa, já na última parte do século XIX. É com o governo colonial que a miríade de ilhas se encontra, pela primeira vez, abaixo de um aparato administrativo comum. Assim, é fundamental analisar o impacto que o período colonial exerceu sobre o curso histórico moderno da Indonésia.

É interessante notar que o arquipélago sempre manteve laços de trocas de mercadorias e ideias com o mundo exterior. Em especial, a era anterior à expansão da presença europeia é conhecida pela elevação da importância dos centros de comércio locais para a dinâmica comercial do leste asiático. É neste período, entre os séculos XV e XVII, que o Islã se propaga nas ilhas e adiciona mais uma camada cultural à já sincrética cultura local, atingindo quase a totalidade da população no final deste período. Sobre a “era do comércio” (BROWN, 2004), o mais importante a ressaltar para os fins deste trabalho é que foi durante períodos de tumulto político nos tradicionais centros de poder da região<sup>2</sup>, China e Japão, que os mercantes indonésios tiveram maior peso nas trocas regionais. Ou seja, em períodos nos quais as potências externas enfrentam problemas de estabilidade interna existe mais espaço para a ascensão de forças locais.

Já a decadência dos comerciantes locais se deu em paralelo à crescente presença europeia no sudeste asiático. Em busca do controle sobre o lucrativo comércio de especiarias, portugueses, espanhóis, holandeses e ingleses se lançaram sobre mercados e produtores locais. Entretanto, a presença europeia, por séculos, não foi central na dinâmica interestatal na região. Embora os portugueses tenham de fato encerrado a “hegemonia” do sultanato de Malaca e assim transformado a dinâmica regional, a disputa europeia sempre se deu inter-relacionada com a disputa entre dinastias locais (DRAKELEY, 2005). Por exemplo, a presença da Companhia Holandesa das Índias Orientais (comumente abreviada pela sigla, em holandês, VOC) foi testemunha da ascensão e queda do último grande reino na central ilha de Java, o reino Mataram.

---

<sup>1</sup> À exceção de pequenas porções do arquipélago, como o Timor Leste, que se manteve sob o domínio português.

<sup>2</sup> O auge da era comercial no arquipélago foi justamente quando a China Ming proibiu seus mercadores de fazerem trocas em mercados fora da China, concomitantemente ao período de guerra civil no Japão (BROWN, p. 50).

Sob o período da Companhia, a principal herança foi a manutenção de grande parte do arquipélago sobre zona de influência holandesa e não de outra metrópole europeia<sup>3</sup>. A presença territorial sempre foi de menor importância, pois o objetivo era apenas controlar a entrada de especiarias no mercado internacional, que só era lucrativo se associado a ações precisas e pouco envolvimento na política local. Tanto Drakeley (2005) como Brown (2004) colocam a participação da Companhia em conflitos locais e a eventual expansão geográfica como fruto da manipulação feita pelos líderes locais ao invés de uma participação consciente dos holandeses. Neste argumento, o crescimento territorial da Companhia se deveu muito mais a rivalidades nativas do que ao poderio militar holandês.

O aumento da participação militar no arquipélago, associada a rendimentos insuficientes, levou a um crescente déficit encoberto que veio à tona em 1799, ano em que um governo colonial selecionado na Haia herdou os territórios e posses da Companhia, agora extinta. É neste período que a presença holandesa deixará marcas substanciais e plantará as sementes para a futura formação da Indonésia.

Após um interlúdio relacionado à ocupação napoleônica da Holanda, os anos que vão até 1830 presenciarão a transformação dos antigos domínios da Companhia em um verdadeiro império no arquipélago. A Guerra dos Padri e a Guerra de Java puseram fim nas últimas grandes forças políticas nativas. O Tratado de Londres, de 1825, estabilizou as fronteiras e interesses entre Holanda e Grã-Bretanha pela divisão ao longo do Estreito de Malaca. As milenares divisões internas se encerraram e as potências externas chegaram a um sólido entendimento sobre os respectivos interesses na região. Neste quadro de controle centralizado sem precedentes, iniciou-se o período de maior exploração econômica<sup>4</sup> da história da Indonésia, com a promulgação do Sistema de Cultivo em 1830.

O Sistema de Cultivo, como política colonial, durou até o início do século XX e foi responsável pela criação de um sentimento anti-holandês em todo o arquipélago. Também neste período, o último reduto independente, o Sultanato de Aceh<sup>5</sup>, foi anexado em 1873. Ao mesmo tempo que este sistema trazia grandes lucros para o governo colonial, ele não condizia aos interesses da emergente classe capitalista holandesa, que via nas Índias um grande

---

<sup>3</sup> A única força europeia que realmente enfrentou a entrada holandesa no arquipélago foram os portugueses, que tinham capacidade material muito inferior à disponível à Companhia. Drakeley (p. 70) acrescenta que a presença holandesa sempre foi condicionada pela falta de interesse britânico em fazer uma oposição colonial.

<sup>4</sup> Como ilustração, na produção de açúcar, a relação entre lucro e custos de produção era muito maior nas Índias Orientais que nas Ocidentais, que usava da mão de obra escrava (DRAKELEY, p. 40).

<sup>5</sup> A região de Aceh possui, desde então, um histórico de separatismo em relação com os governos centrais em Java.

mercado consumidor em potencial. Ao mesmo tempo, relatos da brutalidade da exploração colonial chocavam as alas mais liberais da opinião pública holandesa.

O Sistema de Cultivo, então, encontrava-se desgastado no final do século frente às novas forças tanto econômicas como políticas. Na primeira década do século XX começa a ganhar força a ideia de que a Holanda possuía uma dívida de honra com as Índias Orientais. Em 1908, após a entrada de um gabinete com predominância religiosa, é promulgada a Política Ética como diretriz para a administração colonial. O objetivo da Política Ética era aumentar consideravelmente o padrão de vida para os nativos, enquanto fomentava uma aproximação destes com o mundo europeu. O efeito esperado era de que essa proximidade levasse a uma maior sinergia com a sociedade europeia, numa relação mutuamente benéfica (DRAKELEY; BROWN). O resultado, no entanto, foi a criação de uma nova circunstância na qual o antigo sentimento anticolonial encontrou espaço para se sofisticar e se consolidar.

## 1.2. O Surgimento dos Nacionalismos

A primeira metade do século XX será marcada pela consolidação do sentimento anticolonial e sua transformação em uma série de movimentos independentistas nas Índias Orientais Holandesas. É neste período que o termo “Indonésia” começa a se disseminar e, assim, associa-se à vontade de grande parte destes movimentos de constituir um país independente que abarcasse a totalidade dos territórios então ocupados pelos holandeses e não somente regiões separadas como Java, Sumatra etc. Enquanto isso, as duas primeiras décadas do século XX apresentam ganhos significativos para a consolidação de organizações nacionais indonésias, que desfrutavam do liberalismo da Política Ética.

Como em outros períodos, é necessário entender o contexto internacional para analisar os momentos históricos da Indonésia. A virada do século XIX para o XX, na Ásia, é marcada pelo incremento em número e importância dos movimentos anticoloniais e a consolidação do Império Japonês como grande potência regional. É neste período também que os Estados Unidos estabelecem uma firme presença colonial através das Filipinas, enquanto os Russos veem suas aspirações políticas no Leste serem destruídas com a Guerra Russo-Japonesa de 1904-5<sup>6</sup>.

---

<sup>6</sup> Embora a Guerra não seja tratada neste trabalho com detalhes, cabe ressaltar o peso que a conclusão deste conflito teve para o início de uma mudança da percepção dos asiáticos sobre os ocidentais. A vitória japonesa foi tratada como a primeira vez em que uma força asiática derrotava uma potência europeia. Esta foi, talvez, a principal contribuição do Japão para o anticolonialismo no sudeste asiático: desmontar a aparência de invencibilidade das forças ocidentais. Tal fenômeno aconteceria novamente com as vitórias japonesas no início

Um dos movimentos mais marcantes do continente, neste período, é a Revolução de 1911 na China, liderada por Sun Yat-sen. A extinção do governo dinástico no país marcou o fim de uma era no leste asiático, enquanto o republicanismo ganhava força dentre os movimentos nacionalistas através da Ásia colonial. De fato, a vertente secular e republicana do nacionalismo indonésio acabou por ser a principal força no período de luta pela independência.

Apesar de sua proeminência, o nacionalismo secular republicano nunca foi forte o suficiente para estabelecer uma liderança incontestada dentre os movimentos nacionais. Mesmo o *nacionalismo* não era uma força em comum com todas as novas organizações políticas: o estabelecimento da Indonésia como país não era prioridade nem para o Partido Comunista, nem para boa parcela do movimento islamista. Isto é reflexo de que os únicos fatores que proviam elementos de unificação entre as várias regiões das Índias Holandesas eram 1) os holandeses e 2) elementos do Islã. A questão da revolução também não foi presente em todas as organizações; muitas vezes estas tinham por fim apenas atingir maior autonomia das populações nativas. Enquanto o *Budi Utomo*, considerada a primeira organização política local (criado em 1908), não pregava abertamente a revolução, o Partido das Índias (*Indische Partij*), fundado em 1912, já era abertamente revolucionário. Exemplar da evolução dos movimentos políticos locais é o *Sarekat Islam*, que tem sua importância derivada do papel que teve em agregar nas suas assembleias as principais lideranças na busca por autonomia local. Na sua origem, o *Sarekat* foi criado como uma simples cooperativa de comerciantes islâmicos<sup>7</sup> para defender os interesses destes frente os chineses locais e os holandeses (ARAKAKI, 2004, p. 102).

Entretanto, o *Sarekat* acabou se tornando um dos principais veículos para ideias de autogoverno no arquipélago. Dele participaram três jovens que moldaram o futuro do país: o nacionalista Sukarno (primeiro presidente), o comunista Semaun (primeiro líder do movimento comunista) e o islamista Kartosuwirjo (responsável pela criação do Hizbullah indonésio e do movimento *Darul Islam*, chegando a proclamar um Estado islâmico independente) (DRAKELEY, p. 57).

---

da Segunda Guerra Mundial na Ásia. Um ótimo repositório de informações sobre a Guerra Russo-Japonesa pode ser encontrado no sítio: [www.russojapanesewar.com](http://www.russojapanesewar.com).

<sup>7</sup> O Islã era considerado como o principal elemento de unidade nacional, visto que não havia consciência de unidade étnica. Assim, foi utilizado principalmente para separar os indonésios dos europeus e da minoria chinesa, que por sua vez muito tempo atuou como intermediário no comércio e na administração das Índias coloniais.

Os movimentos políticos locais se edificam em torno de três eixos estabelecidos<sup>8</sup> a partir das finalidades destes grupos, que serão melhor explorados adiante: 1) o nacionalismo secular, cujo objetivo é o estabelecimento de um Estado que englobe todas as regiões oprimidas pelos holandeses, laico e sem etnias preponderantes; 2) o comunismo, que percebe a busca pela independência como uma luta maior entre colônias e metrópoles a serviço do capital internacional, no qual a criação do Estado independente é apenas instrumental; e 3) o islamismo, entendido aqui como o ideal de um Estado islâmico baseado na sharia ou da propagação de uma interpretação do Islã, constituído por islamistas moderados, que defendem a criação de um Estado nacional, até o pan-islamismo, que visa a união dos muçulmanos no sudeste asiático em uma só federação. A divisão em três eixos também é tributária do próprio discurso político de Sukarno (1926).

---

<sup>8</sup> A ideia de dividir os movimentos políticos locais em três eixos remete à divisão proposta por Arakaki (2004). Entretanto, a divisão feita por Arakaki é entre movimentos seculares, étnicos e religiosos, fruto do objetivo de explicar concomitantemente os nacionalismos na Indonésia e Malásia. Assim, sua análise comete o erro de desconsiderar o Partido Comunista, cuja atuação é pivotal na ascensão e queda do governo de Sukarno.

**Quadro 1. Principais Projetos Políticos Locais**

<b>Linha</b>	Nacionalismo Laico	Comunismo	Islamismo
<b>Elementos de União</b>	Toda a população sob administração holandesa. Inclui nativos cristianizados.	A luta anticolonial em toda a região, embora o primeiro passo seja um Estado indonésio. Destruição das ideologias conservadoras (luta contra os islamistas).	Islã ou mesmo linhas dentro do Islã. Nem todas as organizações islâmicas estão voltadas para a luta pelo autogoverno.
<b>Objetivo</b>	República democrática laica abrangendo a totalidade dos territórios sob administração colonial holandesa.	Estado indonésio comunista e revolucionário, coordenado com outros partidos comunistas asiáticos.	Desde propagar ensinamentos islâmicos (que muitas vezes atuaram em conjunto com os republicanos) até a criação de uma federação islâmica (islamistas radicais), passando pelo Estado indonésio calcado na sharia (islamistas moderados).

**Quadro 2. Principais Personagens Políticos**

<b>Nacionalismo Laico</b>	<b>Comunismo</b>	<b>Islamismo</b>
Sukarno (PNI)	D. N. Aidit (PKI)	Kartuswiryo (Darul Islam)
Sjahrir (PSI)	Tan Malaka (Murba)	Hatta (PNI)
Gal. Nasution (Exército)		

### 1.2.1. O Nacionalismo Secular e a Pancasila

A *Pancasila*, fruto da iniciativa dos nacionalistas em montar um corpo ideológico que abrigasse todas as principais vertentes políticas (incluindo islamistas e comunistas) em um Estado unitário, significa “os cinco princípios”. Os princípios, como originalmente elaborados, seguem esta ordem: 1) Nacionalismo, 2) Humanitarianismo, 3) Justiça Social, 4) Governo Representativo e 5) Crença em Deus (monoteísmo). Por pressão dos islamistas, o quinto princípio substituiu o nacionalismo como primeiro princípio, notadamente sob pressão dos islamistas. A *Pancasila*, que seria mais tarde celebrada como filosofia estatal da República Indonésia, só pode ser analisada através do movimento nacionalista, cujos líderes a formularam.

O estudo do nacionalismo na Indonésia tem como primeira característica a ausência da existência de qualquer governo antigo que possuísse linhas territoriais correspondentes ao território colonial holandês. Existiram reinos e mesmo impérios baseados em Java, entretanto, nenhum destes apresentaram um controle tão extenso sobre o arquipélago malaio. Não existia nem a etnia nem a língua indonésia – mesmo a religião islâmica era tratada de forma muito diferente nas diversas regiões<sup>9</sup>.

A origem do movimento nacionalista está na ampliação das oportunidades de educação do governo colonial à elite nativa. Como fruto da Política Ética e das necessidades administrativas da colônia, foi oferecida à boa parte da baixa aristocracia nativa e dos comerciantes tradicionais a oportunidade de estudar em instituições locais e europeias de ensino superior como preparação para uma carreira no serviço civil. Assim começou o contato da jovem elite nativa com os ideais do iluminismo europeu, que forneciam base ideológica para a busca do autogoverno.

O nacionalismo laico tem como organização originária o *Indische Partij* que, como o próprio nome sugere, era formado por jovens indonésios cujas famílias possuíam influência suficiente para assegurar a formação destes no sistema de ensino provido pelos holandeses. Entretanto, é após o crescimento do *Sarekat Islam* (que, por sua vez, possuía uma identidade mais próxima do islamismo do que do nacionalismo em sua concepção) como organização política que o movimento começa a tomar os traços que o definiram

---

<sup>9</sup> As duas principais linhas de prece islâmica na Indonésia são a *abangan* e a *santri*. Os *abangan* são ligados à tradição javanesa de sincretismo, e assim aliam elementos muçulmanos a elementos tradicionais pré-islâmicos. Os *santri* são ligados às linhas reformistas, entendido como o esforço de purificar a fé e aproximar o modo de vida dos indonésios daquele vivido em Meca. Esta linha é mais forte na ilha de Sumatra, e especialmente presente na reigão de Aceh.

posteriormente. Na década de 1920, Sukarno desponta como principal líder, pessoalmente responsável pelo seu crescimento e transformação na principal força política local.

Embora o movimento, assim como todos os outros, sofra com a volta de políticas repressivas na década de 1930<sup>10</sup>, a ele é dada uma oportunidade única com a ocupação japonesa na década seguinte; mediante sua representatividade, seus líderes são selecionados como principais elementos de ligação entre os militares japoneses e a população nativa. A ocupação japonesa também fornece os meios para que o futuro país independente comece a ser moldado. Sukarno, atuando de acordo com o modelo de nacionalismo pelo qual sempre lutou (SOEKARNO, 1926), isto é, que englobasse as organizações islâmicas e as aspirações dos comunistas de justiça social, elabora o conceito de Pancasila.

A Pancasila foi elaborada como um esforço dos defensores do nacionalismo laico em oferecer aos comunistas e islamistas uma oportunidade de união em prol da independência. A universalidade destes princípios, aliada à capacidade política de Sukarno, fez com que esta fosse aceita como ideologia nacional, como uma carta de princípios sobre a qual seria baseada a futura constituição (ABDULGANI, 1958). A principal mudança entre o modelo proposto por Sukarno e a versão que final é a mudança de posição do ponto cinco para a primeira posição.

Dentre os cinco pontos, é este o mais importante para entender a barganha política por detrás da Pancasila. De forma a aplacar as aspirações dos islamistas, a ideia é que um governo representativo (aliado à concessão frente uma possível identidade religiosa) fornecesse ao movimento islamista a oportunidade, futura, de estabelecer um Estado islâmico caso seu projeto fosse comprovadamente popular<sup>11</sup>. Ou pelo menos era isto que os nacionalistas pretendiam que fosse entendido pelos islamistas, pois os termos usados eram suficientemente ambíguos para que fossem feitas interpretações conflitantes. Por exemplo, em última instância poderia ser entendido que “crença em Deus/uma divindade”, nos termos em que foi escrito, remetesse ao sincretismo religioso que sempre caracterizou a ilha de Java e, em menor escala, o resto do arquipélago. Assim, não haveria possibilidade de exclusão política à população convertida ao cristianismo, que constituía maioria em algumas partes do arquipélago (notoriamente na província de Papua Ocidental).

---

<sup>10</sup> As políticas são fortemente associadas ao novo governador, conservador, antigo ministro da Guerra e diretor da Shell

<sup>11</sup> Ou seja, a instituição de um Estado islamista por meios democráticos. Cabe lembrar que a assembleia constituinte foi programada só para 1955, e que os defensores da Pancasila estavam longe de estabelecer uma hegemonia incontestada. O debate sobre a adoção de um Estado islamista continua até os dias de hoje, sendo melhor tratado no capítulo III.

A Pancasila, em última instância, refletia o projeto nacional de Sukarno da “união pela diversidade”, que daria sentido interno e, mais importante, sentido internacional ao país que estava se constituindo. Nos anos de colonialismo no sudeste asiático, a integração política só aconteceu de forma acidental pela administração colonial, sendo que as diversas colônias possuíam uma interação praticamente nula entre elas. O mundo pós-colonial, então, é marcado pelas profundas diferenças entre as novas nações que se consolidaram. Neste meio, a Pancasila não era somente um meio de unificar os diferentes movimentos políticos na Indonésia, mas também um projeto de interação política que poderia ser emulado no cenário internacional.

### 1.2.2. O Islamismo

O estudo de Indonésia implica estabelecer que movimento independentista não seja um sinônimo de nacionalismo. Dentre as três vertentes do movimento anticolonial nas Índias, o islamismo, ou o projeto de um Estado islâmico baseado na sharia, se apresentava como o principal opositor do projeto de República laica como representado na Pancasila<sup>12</sup>.

As organizações islâmicas possuem raízes que não são diretamente relacionadas com as aspirações de autogoverno local. O Islã, desde sua propagação no arquipélago no século XVI, tornou-se um elemento fundamental no tecido social indonésio. Mas as características de sua assimilação foram diferentes nas diversas regiões: enquanto nos sultanatos de Sumatra o Islã tomou uma forma muito mais próxima do que era praticado pelos mercantes provindos do Oriente Médio, em Java ele foi incorporado como mais uma camada cultural sobre o já existente sincretismo local. Ao passo que o Islã é um dos principais elementos de unidade sócio-cultural no arquipélago, as divisões internas acabaram por se tornar uma característica fundamental das organizações associadas à religião.

O histórico de visões conflitantes, no que concerne a esta pesquisa, tem seu marco inicial em um movimento reformador do Islã que tomou força no final do século XIX, e se organizou institucionalmente em 1912 com a formação da organização religiosa *Muhammadiyah*. O Muhammadiyah representa, acima de tudo, uma oposição ao sincretismo javanês. A sua proposição religiosa é de modernizar o Islã através da interpretação individual do Corão, estabelecendo uma antítese da tradicional interpretação feita pelos Ulama, a classe

---

<sup>12</sup> Embora o estabelecimento de um Estado nacional não fosse o objetivo maior do movimento comunista, a criação da República Indonésia era considerada um passo fundamental no combate ao imperialismo e, conseqüentemente, ao capitalismo.

tradicional dos estudiosos do Corão. Como objetivo, o Muhammadiyah pretende renegar os elementos tradicionais locais para purificar a fé muçulmana.

Contrário ao chamado islamismo moderno, o islamismo conservador foi organizado em torno do *Nahdatul Ulama* (NU), em 1926. Apesar da alcunha, o NU acabou por ser muito mais próximo do nacionalismo secular e do discurso nacionalista. O significado de Nahdatul Ulama remete à preeminência da interpretação dos Ulama sobre os ensinamentos do Corão. Contudo, o principal ponto é que esta organização é mais aberta ao sincretismo religioso e assim às práticas religiosas da maior parte da população. Tal fato é evidenciado pela observação de que, até hoje, o NU é a maior organização religiosa na Indonésia em número de associados.

Apesar destas serem as organizações islâmicas mais populares, só é possível entender a face política do islamismo através de projetos como o do islamista Kartosuwirjo. Kartosuwirjo iniciou na política ao entrar em contato com o Sarekat Islam, então já organizado como partido político no Partai Sarekat Islam. Sua visão correspondia à da parcela da população que esperava por um Estado assentado nos preceitos do Corão, ou seja, um Estado islâmico. Assim surgiu, no contexto do final do período colonial, em 1942, o principal opositor da Pancasila como ideologia nacional, o *Darul Islam*.

O Darul Islam, como organização político-militar, foi constituído durante a ocupação japonesa, que via na formação de mobilização de milícias islâmicas mais um aliado na luta contra as potências ocidentais, caso estas efetuassem um contra-ataque. Portanto, também é de sua responsabilidade a formação do Hizbullah indonésio como uma milícia de islamistas.

Com a saída dos japoneses em 1945 e a subsequente guerra de independência entre a República e Holanda, os islamistas, sob liderança de Kartosuwirjo, proclamaram a independência do Estado Islâmico em 1949 na Papua Ocidental, então ocupada pelos holandeses. Contudo, mesmo com a transferência de soberania para a República Indonésia, o Darul Islam continuou a manter a postura independentista, não aceitando o quadro constitucional da Pancasila. Eventualmente, o movimento foi sufocado após a adoção da Democracia Dirigida em 1957.

Embora o caso do Darul Islam constitua mais um exemplo de extremo do que de regra geral se analisado pelos meios através dos quais atuou, o objetivo de estabelecer uma sociedade cujo código seja a sharia, sendo efetivamente um Estado islâmico, era e é

amplamente disseminado na população. Tal aspiração implica em uma constante tensão ideológica com a Pancasila, que se perpetua até os dias de hoje<sup>13</sup>.

Apesar das diferenças, o islamismo acaba por ter um elemento de ligação com a Pancasila frente ao Partido Comunista, este sim constituindo uma oposição completa à totalidade das organizações islâmicas. A Pancasila não constitui oposição direta ao comunismo – Sukarno se declarava um socialista, por exemplo (SOEKARNO, 1926) –, mas sua proposta de moderação política entrou seguidamente em choque com as aspirações revolucionárias dos comunistas.

### 1.2.3. O Partido Comunista

O Partido Comunista Indonésio (conhecido pela sigla em indonésio, PKI), formado em 1914, originou-se como um partido voltado para a articulação de sindicatos de operários nativos. Apesar de suas origens simples, acabou se tornando, após a consolidação da República em 1950 e mudanças nas diretrizes, o maior partido comunista do mundo em um país não comunista. Assim, o comunismo se constituía em um dos três grandes projetos políticos da Indonésia, tendo como principal opositor os movimentos islamistas. Enquanto o combate ao imperialismo é um obstáculo frente a constituição de um Estado indonésio independente para os nacionalistas, para os comunistas, o combate ao imperialismo é o objetivo maior dos comunistas. Para tanto, somente um Estado revolucionário comunista, em última instância, atingiria o objetivo do PKI, em oposição ao modelo dos nacionalistas.

No início da década de 1920, a principal questão para o partido era focar no campesinato ou nos trabalhadores urbanos. Eventualmente, o foco foi mantido sobre as atividades urbanas, em acordo com a diretriz formulada na mesma década pelo Comintern, a Terceira Internacional Comunista. Em 1926, as dificuldades de organização interna, em parte relacionadas com o contínuo debate interno, levaram à fracassada revolta de 1926<sup>14</sup>, que havia sido cancelada anteriormente pela direção central (BROWN, p. 122). A repressão do governo colonial debilitou a capacidade efetiva do partido, que se viu obrigado a diminuir seu perfil público. O fim do governo colonial holandês e o início da ocupação japonesa fizeram com

---

<sup>13</sup> Todos os grandes partidos políticos hoje se declaram ou tributários da Pancasila, ou são organizações islâmicas.

<sup>14</sup> A revolta de 1926 foi, basicamente, a articulação do PKI greves em massa para atacar o governo colonial, tomando traços de insurreição independentista. As greves não tomaram a dimensão aspirada, e logo foram desarticuladas pelo aparato colonial de polícia.

que o perfil do PKI se mantivesse o de um partido oculto de resistência, visto a sua forte oposição ao fascismo, representado nas forças de ocupação do Império Japonês.

Após outra revolta em 1948, que ficou conhecida como a “Questão Madiun”<sup>15</sup>, o partido começou a mudar seu perfil de ação para participar dentro do quadro institucional da nova República independente. Visto que em 1948 já havia sido proclamada a República, o que se deu foi uma insurreição comunista contra o modelo nacional de Sukarto (PIKE, 2010, p. 215). Mais uma vez, foram as alas mais radicais do Partido que realmente participaram nas ações de violência política, enquanto que, como consequência, o PKI como um todo saiu com a imagem pública enfraquecida (BROWN, p. 187).

Contudo, as mudanças na composição da diretoria do partido renderam frutos quando, a partir de 1950, o PKI começa a se tornar propriamente um partido de massas. A principal causa para o novo momento do partido é a articulação desta nova liderança com o governo de Sukarno. O elo se provou fundamental para dar sustentação política ao novo governo frente à pressão dos islamistas.

Assim, o PKI, pregando justiça social como seu principal objetivo, em um país economicamente devastado, cresce de forma a, segundo estimativas da CIA, contar com a associação de mais de dois milhões de membros (RAND CORPORATION, 1969). Apesar de seu teor fortemente anti-islamista e da consideração da revolução como caminho válido ao poder, o comunismo é muito mais próximo do ideal da Pancasila, na sua primeira versão, do que o islamismo de Estado, como previamente exposto. O fim do PKI, em 1965, provaria ser o fim da liderança política de Sukarno, que posteriormente não teve como contrabalançar a pressão dos militares (grupo político que será melhor explorado no próximo capítulo) e dos islamistas.

### **1.3. A Ocupação Japonesa e a Esfera de Co-Prosperidade**

A história do fim do mundo colonial no sudeste asiático é a do choque resultante de três grandes forças: o comunismo, o Império Japonês e os interesses do mundo ocidental, liderados pelos Estados Unidos. Pike (2010) coloca a Segunda Guerra na Ásia como um

---

<sup>15</sup> A Questão Madiun foi uma revolução comunista no seio da revolução nacional. A República se encontrava em posição de desprestígio, após iniciar negociações com a Holanda nas quais ela cedeu parcelas territoriais significativas. Dado o contexto, a nova liderança do PKI, com maiores ligações com Moscou e relativamente alienada das reais capacidades do partido, avaliou erroneamente a possibilidade da instituição de um Estado comunista.

evento inevitável: o choque de interesses do ocidente frente às necessidades da máquina de guerra japonesa e da disseminação do Marxismo-Leninismo.

O primeiro momento é marcado pelas vitórias estrondosas das forças japonesas sobre a presença europeia no leste asiático. Cientes de sua invulnerabilidade frente às armas de guerra japonesas, os europeus viram rapidamente seus esforços de resistência serem aniquilados. Mas mais importante do que o impacto que os japoneses obtiveram sobre os militares europeus foi o impacto que estes tiveram sobre as populações locais do sudeste asiático.

Embora o surgimento de todas as grandes organizações nacionalistas tenha acontecido até a década de 1920, é impossível antever o rumo que a luta pela independência tomaria sem o advento da ocupação japonesa a partir de 1942. Pela primeira vez após séculos de presença europeia, os holandeses haviam sido completamente expulsos das Índias Orientais. O modo de controle social dos holandeses significava que não havia mobilização popular frente à esperada ação militar japonesa, como era previsto após o ataque de Pearl Harbour. A instituição da guarda colonial, na qual nativos podiam participar, foi de pouca valia para os holandeses: assim que os japoneses começaram a ocupação, grande parte dos indonésios na KNIL, como era chamada a guarda, debandou para o lado dos japoneses. Com a ocupação japonesa os antigos membros nativos do KNIL integraram novas organizações militares formadas como o fim de defender o arquipélago contra um possível contra-ataque das forças aliadas. Dentre estes militares indonésios, destaca-se um sargento da KNIL que virou oficial (tenente) na Peta, a organização militar criada pelos japoneses. Seu nome era Suharto, e sua liderança dentro do corpo militar lhe garantiria mais tarde o governo mais longo da história da Indonésia.

Do ponto de vista ideológico, a ocupação japonesa reforçou as conexões dos movimentos políticos locais com a ideologia do Pan-Asianismo. A ascensão do governo militarista nos anos prévios à Segunda Guerra Sino-Japonesa, fez com que elementos de superioridade japonesa, muitas vezes calcados em argumentos raciais, acabassem por se tornar preeminentes. O resultado foi a utilização de uma versão deturpada do Pan-Asianismo como justificativa para o estabelecimento de uma zona de controle japonês no leste asiático. Entretanto, apesar de que na sua concepção certamente a liderança nipônica já fosse um elemento natural ao Pan-Asianismo, como formulado no Japão, seria errado admitir que tal liderança fosse intrínseca ao Pan-Asianismo. A ideologia variava muito entre pensadores e locais diferentes, inclusive entre os japoneses (HOTTA, 2007, p. 3).

O estabelecimento da Esfera de Co-Prosperidade, um termo que reflete o esforço discursivo na justificativa do controle de territórios e recursos necessários para o esforço de guerra japonês. Ao mesmo tempo em que houve uma mobilização social dos povos das ex-colônias, a aplicação do pan-asianismo variou muito de lugar para lugar. Apesar da supremacia dos militaristas no governo japonês, inclinados a adotar as proposições mais racialistas do pan-asianismo, o que se verificou foi que, em certos lugares, a promoção de autonomia local foi de fato exercida (HOTTA, p. 200). Um destes lugares foi a Indonésia.

Desde o início da ocupação militar do arquipélago, houve um relacionamento próximo entre a elite política, dentro dos movimentos nacionalistas, e os ocupantes japoneses. A população local, que contava com uma parcela educada pelos holandeses para serviços no aparato governamental, teve sua participação política elevada a um nível que nunca havia sido atingido sob a administração colonial holandesa. Cargos chave na administração pública em Java passaram a ser ocupados pela população nativa. Ao mesmo tempo, promessas de Tóquio de que a independência seria feita eventualmente, em articulação com as forças locais, deram espaço para que as lideranças do movimento nacionalista continuassem fazendo política, mesmo com a abolição dos partidos.

Apesar das benesses da ocupação japonesa, a articulação entre os militares e os movimentos locais sempre foi calcada no pragmatismo em ambos os lados. A ocupação militar do arquipélago se deu a partir de uma divisão em três áreas: Sumatra, Java e os territórios orientais. É interessante notar a relação entre a politização da população local, a presença de recursos naturais e a política administrativa japonesa. Java, com maior sofisticação política, população e menor quantidade proporcional de recursos naturais úteis no esforço de guerra, foi a que contou com a maior autonomia administrativa. Já Papua e os territórios orientais foram os lugares em que a ocupação japonesa mais se assemelhou aos piores momentos do governo colonial das Índias Holandesas apresentando maiores taxas de recursos naturais em comparação ao grau prévio de sofisticação política.

Pelo lado dos Indonésios, também havia a clara percepção de que, embora melhores que os holandeses, a ocupação japonesa ainda estava longe de constituir um verdadeiro autogoverno da população local (DRAKELEY, p. 69). Mesmo em Java, a mobilização de parte da sociedade para o trabalho forçado, os chamados *romusha*, significou a morte de parcela significativa da população local, dadas as condições sub-humanas às quais eram submetidos estes trabalhadores. De um modo geral, o padrão de vida, que já era baixo na década de 1930, caiu ainda mais com o passar do tempo sob a ocupação japonesa.

Mas a principal diferença entre o período colonial holandês e a ocupação japonesa foi a oportunidade de independência provida na segunda, mesmo quando não propositalmente. O estabelecimento de conselhos administrativos locais dava, deliberadamente, espaço para os nacionalistas e islamistas moderados serem representantes da população local. O aparato propagandista japonês, voltado para disseminar a ideia do papel das populações asiáticas na grande guerra contra o ocidente, acabou sendo muito bem utilizado por Sukarno e os nacionalistas para espalhar a sua ideia de nação indonésia.

Enquanto isso, os japoneses viam na mobilização em torno da constituição de organizações militares locais um meio de fazer resistência contra a volta dos aliados sem precisar comprometer mais soldados para o sudeste asiático. Tais organizações eram vistas pelos nacionalistas como uma oportunidade de treinar um exército nacional para o futuro Estado independente. Aqui, no entanto, a cooperação com os japoneses não foi exclusividade dos nacionalistas: além da criação do *Peta*, principal organização, foi criado o Hizbullah, sob liderança de Kartosuwirjo e aprovado pela ocupação. A constituição da milícia islâmica se provará mais tarde um dos principais problemas para a República.

Então, entre as principais heranças da Esfera de Co-Prosperidade, sobressaem-se o renascimento dos movimentos políticos locais do sudeste asiático, a destruição da imagem de potência das metrópoles europeias e, no caso da Indonésia, o ímpeto final que favoreceu o movimento nacionalista secular e a liderança de Sukarno. Basta observar que a formulação da Pancasila é do final do período da ocupação japonesa, e que a declaração da independência é tributária direta dos sucessivos comitês nipo-indonésios em prol da formação de um Estado independente.

#### **1.4. A Independência**

No ano de 1945, em meio à retirada japonesa, foi proclamada a independência da República Indonésia, assinada por Sukarno e Hatta, os dois principais líderes nacionalistas. Ambos foram elos fundamentais para aproximar Tóquio com a população local durante a ocupação japonesa. De forma a agradar também os islamistas moderados, e mesmo as parcelas menos radicais do PKI, a proposta de Estado se centrou na Pancasila. A Pancasila oferecia o melhor da tradição sincrética javanesa no contexto internacional do pós-guerra no sudeste asiático:

Provavelmente em nenhuma outra exposição de princípios se pode achar um melhor exemplo de síntese entre ideias democrático-ocidentais, islamistas-

modernistas, marxistas, indígenas e comunais, que formaram as bases do pensamento social de parcela tão grande da elite política indonésia no pós-guerra<sup>16</sup>. (KAHIN, 2003, p. 123)

A percepção na Holanda era de que tal declaração era fruto principalmente da propaganda japonesa durante os anos da ocupação. Seguindo esta linha de raciocínio, o curso de ação a ser tomado era a repressão deste movimento associado aos antigos inimigos, e assim, em um curto espaço de tempo, a situação voltaria à normalidade.

O movimento independentista, constituído basicamente pelos nacionalistas, era militarmente fraco: as organizações paramilitares feitas pelos japoneses eram mais uma ferramenta de mobilização social do que de fato uma força de combate. Tanto este foi um problema para a jovem República que, em um curto espaço de tempo, o controle das forças armadas passou das mãos dos oficiais do Peta para os antigos oficiais do KNIL. Mas enquanto a fraqueza da República era constante, a força dos holandeses variava. Aliado às concomitantes negociações dentro da Organização das Nações Unidas, a distribuição de poder significava que enquanto a República procurava constantemente uma solução negociada, os holandeses saíam e voltavam para a mesa de negociações.

No primeiro momento, os britânicos compartilhavam da percepção de perenidade do movimento nacionalista. Isto, aliado aos interesses econômicos na região, estabeleceu a posição britânica de apoio aos holandeses na defesa do argumento de que se tratava de uma questão “interna” à Holanda. Um evento em particular promove o início de uma mudança da visão internacional sobre a força da liderança nacionalista: a Batalha do Monte Surabaya, de 1948. Após a rendição dos japoneses, forças nacionalistas locais geraram resistência à reocupação do local por forças anglo-holandesas. A isto se sucedeu uma escalada do conflito, que tornou proporções inesperadas aos britânicos. Embora tenha sido uma vitória militar dos britânicos, o conflito só cessou com a intervenção de Sukarno, cuja participação ressaltou sua capacidade de liderança e a força do movimento nacionalista dentre a população. Embora nos fóruns internacionais a posição britânica continuou em defesa da postura holandesa, o Reino Unido não mais participou militarmente dos conflitos relacionados à independência da Indonésia. Certamente, pesou aqui o temor de uma guerra prolongada logo no imediato pós-guerra, a qual o Reino Unido não teria condições de travar (MCMILLAN, 2006).

---

<sup>16</sup> Probably in no other exposition of principle can one find a better example of the synthesis of Western democrat, Modernist Islamic, Marxist and indigenous-village democratic and communalistic ideas which form the several bases of the social thought of so large a part of the post-war Indonesian political élite.

Enquanto isso, a agressividade da ação holandesa, mesmo frente às cessões territoriais que os nacionalistas estavam dispostos a fazer, começa a virar a opinião internacional decididamente contra a antiga metrópole europeia. Em 23 de janeiro de 1949, a Conferência Asiática em Délhi promulgou uma opinião conjunta dos países asiáticos sobre as ações da Holanda na Indonésia. A resolução demandava que todos os prisioneiros políticos deveriam ser libertados, que o legítimo Governo Republicano da Indonésia fosse permitido de funcionar livremente, que eleições fossem feitas para uma Assembleia Constituinte, o fim das hostilidades, e que o Conselho de Segurança assegurasse o cumprimento destas recomendações. Em 28 de janeiro, o Conselho de Segurança passou uma resolução quase idêntica (S/RES/67). Com a continuidade das ações de “policiamento” dos holandeses, os Estados Unidos ameaçaram cortar a ajuda econômica do Plano Marshall, o que pôs fim à insistência holandesa.

O historiador britânico Francis Pike (2010) considera que a ação dos Estados Unidos, e mesmo da Grã-Bretanha, refletem uma posição já tomada anteriormente, isolando assim a ação da Holanda como um erro de percepção da antiga metrópole. Já Simons (2003) propõe uma hipótese mais interessante: de que foi o medo da formação de uma grande frente anti-imperialista, e assim antiocidental, na Ásia que fez com que Grã-Bretanha e Estados Unidos reavaliassem o curso a ser tomado frente à questão indonésia.

O que se seguiu foi a admissão da independência da Indonésia em 1950, encerrando um período de cinco anos de lutas pela independência. Nesta época, o governo republicano não só teve que enfrentar as forças holandesas, mas precisou também lidar com um levante comunista em 1948 (a supracitada Questão Madiun) e combater a ação de guerrilha do Darul Islam, representando as milícias islamistas que não aceitaram a formação de um Estado laico.

## 2. TRANSMUTAÇÕES IDEOLÓGICAS: DE SUKARNO A SUHARTO

Neste capítulo, serão tratados os períodos do Estado Indonésio correspondentes às presidências de Sukarno, o revolucionário, e Suharto, o militar, abrangendo assim os anos que vão de 1950 até 1997. No plano interno, sucedem-se, neste intervalo, três formas de governo: a democracia parlamentar, a Democracia Dirigida e a Nova Ordem. No plano das relações internacionais, a postura da Indonésia vai do neutralismo na Guerra Fria e do anti-imperialismo ferrenho para a defesa do liberalismo econômico, a concertação com as potências ocidentais e para a aproximação com seus vizinhos, culminando na criação da ASEAN.

Seguindo a linha apresentada, existiram mudanças substanciais na matriz ideológica indonésia quando da revolução. Após o fim dos conflitos com a Holanda, o Exército Indonésio emergiu como uma das mais poderosas instituições políticas da República, e sua relação íntima com o processo revolucionário imprimiu nesta uma vocação natural à participação na política. A emergência desta nova força, claramente liberal e anticomunista, deu-se em paralelo à reconfiguração do Partido Comunista Indonésio (PKI) em um partido de massas. O PKI se transformou, durante a presidência de Sukarno, no terceiro maior partido comunista do mundo e no maior fora do poder. No entanto, o equilíbrio frágil entre comunistas e militares, negociado pelos nacionalistas (representados por Sukarno), não impediu o choque entre estas forças antagônicas em 1965. O confronto ideológico produziu um dos maiores massacres do século XX e a extinção física do PKI. Os militares, na Nova Ordem (como era chamado o regime de Suharto), acabaram por defender, pelo menos em nome, a ideologia do homem o qual tiraram do poder: a Pancasila se tornou ideologia obrigatória a todos os partidos, que logo foram reestruturados de acordo com os interesses do mesmo regime.

No plano externo, a Indonésia teve duas fases distintas, mas ambas com forte atuação internacional. No período da presidência de Sukarno, principalmente durante a Democracia Dirigida, a postura internacional era marcadamente caracterizada pela luta por independência. Em 1955, em Bandung, o representante da Indonésia foi o secretário-geral da primeira Conferência Asiático-Africana, e Sukarno se definiu como uma das principais lideranças do Movimento dos Não-Alinhados<sup>17</sup>. Posteriormente aos eventos de 1965, a Nova

---

<sup>17</sup> A Conferência de Bandung foi a primeira grande reunião dos países do chamado Terceiro Mundo no pós-guerra, precedendo a formação do Movimento dos Não-Alinhados. Nesta conferência, o principal tema de discussão foram as ameaças pertinentes aos países recém-independentes e sua relação com as antigas colônias. O

Ordem buscou uma recuperação do perfil internacional do país perante o mundo capitalista-liberal, mas não de forma passiva: a atuação diplomática indonésia foi o principal fator por trás da criação da ASEAN em 1967, um dos mais antigos blocos de cooperação regional entre países menos desenvolvidos.

## 2.1. O Pós-Guerra e a Democracia Parlamentar

Já no momento da independência formal, em 1950, era evidente que a jovem república teria sérios problemas para criar as instituições políticas e econômicas necessárias para sustentar a unidade nacional (SIMONS, p. 135). A diversidade existente entre as forças políticas era tão ampla que, sob aspectos essenciais, os seus projetos eram antagônicos entre si a ponto de inviabilizar um grau mínimo de cooperação. O modelo político adotado - um parlamentarismo onde o presidente possuía poucos poderes diretos - ressaltou os problemas relacionados à distância ideológica e às divisões políticas entre os partidos. Como lembra Francis Pike: “À época em que o gabinete do Primeiro Ministro Sastroamidjojo<sup>18</sup> resignou em março de 1957, já haviam passado 17 governos desde 1945” (PIKE, p. 376).

Até mesmo a Assembleia Constituinte foi atrasada em cinco anos, como consequência da falta de vontade política entre os partidos para encontrar um espaço consensual mínimo em relação à formação institucional do país. O quadro político em 1955 (Quadro 3) apresentava não mais somente divisões ideológicas, mas também diversos rachas políticos inclusive entre os políticos que partilhavam de uma mesma visão de Indonésia. A constelação política tornava o modelo parlamentarista incapaz de lidar com os graves problemas de ordem econômica que assolavam grande parte da população.

É importante ressaltar que Sukarno nunca defendeu o modelo parlamentarista. Embora não houvesse dúvidas de que ele era o principal representante da luta pela independência, mantendo-se como chefe-de-Estado por todo o período parlamentar, Sukarno não conseguiu implementar um modelo diverso logo no início da República. Por um lado, a colaboração com os japoneses, notoriamente na questão dos *romusha* – os indonésios forçados a trabalhar no esforço de guerra japonês, no qual milhares morreram –, danificou parcialmente sua imagem frente ao público e ao cenário internacional. Por outro, Sukarno não

---

anticolonialismo era preeminente tanto no nível internacional como no interno: em 1955, a Holanda ainda ocupava o território de Papua Ocidental, constituindo uma constante lembrança de que a revolução pela independência ainda estava incompleta. O secretário-geral da Conferência foi Ruslan Abdulgani, um dos personagens-chave da revolução e um dos coautores da Pancasila. (PRENTICE, 2007; ABDULGANI, 1958)

<sup>18</sup> O segundo gabinete de Sastroamidjojo, em questão, foi o último formado por eleições diretas, anterior ao gabinete “Djuanda” (gabinete “de trabalho”) que foi o precursor da Democracia Dirigida.

possuía força política suficiente para contornar as exigências dos islamistas de um modelo governamental com um processo decisório mais descentralizado. Já Sjahrir<sup>19</sup>, outra figura central no movimento nacionalista, viu no arranjo parlamentar um modo no qual a República ganharia o tão necessário respaldo internacional. Outros fatores também contaram na adoção do modelo, mas não serão tratados com profundidade neste trabalho.

**Quadro 3 – Principais Partidos Políticos em 1955**

Nacionalistas	Comunistas	Islamistas
Partido Nacionalista Indonésio (PNI)	PKI	Masyumi
Partido Socialista Indonésio (PSI)	Partido Murba (Proletário)	Nahdatul Ulama
		Sarekat Islam

### 2.1.1. A Ascensão dos Comunistas

Sobre o período da democracia parlamentar, o mais importante é verificar como duas forças (o PKI e os militares) acabaram por constituir o embate central na política indonésia. Não estava em jogo apenas o futuro doméstico: a Indonésia, como um dos países mais populosos do leste asiático e dotado de uma emergente importância geopolítica no contexto da Guerra Fria, já constituía um ponto-chave nos grandes debates ideológico do período. A dimensão de sua luta anticolonial deixou claro para a elite política que a busca pela independência verdadeira não seria travada somente no front doméstico, mas também no cenário internacional.

Neste contexto, especial atenção foi dada à dramática ascensão e queda do Partido Comunista Indonésio. Mesmo depois de duas iniciativas claramente frustradas - em 1926 e em 1948 - o PKI conseguiu retomar o crescimento em 1952 e, no final do período parlamentar, já era uma das principais forças políticas locais. Este período de quatro anos, entre a Questão Madiun e as eleições de 1952, foi o principal na mudança de comportamento do Partido.

<sup>19</sup> Proeminente líder nacionalista, fundador do Partido Socialista Indonésio. Ao lado de Sukarno e Hatta, é considerado membro da tríade dos políticos que lideraram a independência. Ao contrário dos outros dois, Sjahrir resistiu à ocupação japonesa, o que lhe conferiu melhores credenciais no pós-guerra e o tornou mais apto a ser o primeiro chefe de Governo da Indonésia.

O principal personagem na nova liderança do PKI era D. N. Aidit<sup>20</sup>. A diferença mais notória entre Aidit e os antigos líderes era sua percepção mais favorável do papel de Sukarno no contexto político pós-independência, e, principalmente, com relação à fragilidade dos comunistas ante todas as forças anticomunistas (islamistas e, a partir da independência, cada vez mais os militares). Posteriormente à Questão Madiun, as suas credenciais como possível aliado de Sukarno favoreceram sua ascensão a secretário-geral do Partido. Apesar de ser membro do Comintern, Aidit não divergiu da proposta Marhaenista<sup>21</sup> de Sukarno.

A nova prioridade, então, era transformar o PKI, um partido confinado ao meio urbano e atuante na clandestinidade, em um partido de massas, que agregasse todo o campesinato insatisfeito com a grave situação econômica, mas que ainda assim trabalhasse dentro do aporte constitucional liderado por Sukarno. A atitude do líder em muito contribuiu para justificar a visão favorável que Aidit depositava no Presidente: mesmo na insurgência de 1948, em um ato que foi considerado por grande parte da população como uma traição à Indonésia, Sukarno fez o esforço político de proteger o PKI de reações mais violentas ao afirmar que a insurreição era limitada a uma facção do PKI<sup>22</sup>.

Logo, não somente o PKI mudava de rumos: os nacionalistas do PNI, liderados por Sukarno, gradativamente se deslocavam para a esquerda. Desde o início do processo revolucionário, Sukarno mostrava indícios de perceber nos comunistas uma fonte de aliados indispensáveis na sua luta contra o imperialismo. Tal tendência se tornou evidente na medida em que, paralelamente, crescia o papel do exército na política. O novo PKI possuía uma capacidade de mobilização popular necessária para a implementação do novo modelo governamental articulado pelo líder indonésio.

Entretanto, talvez a transformação mais importante, sob a perspectiva deste trabalho, tenha sido a readequação da política externa do PKI com a política externa promulgada por Sukarno. O PKI, juntamente aos militares e a alguns partidos islamistas, apoiou a iniciativa de fazer com que o presidente fosse o centro do poder executivo. Neste novo período (a Democracia Dirigida), a aproximação do PKI com o Partido Comunista Chinês, em detrimento da União Soviética, foi um movimento que se deu concomitantemente à aproximação de Sukarno com a visão de Terceiro-Mundo promulgada pela China comunista

---

<sup>20</sup> D. N. Aidit foi o Secretário-Geral do PKI no seu período de ascensão, principalmente de 1955 até 1965, em que se tornou o maior partido político da Indonésia. Durante a transição para a Nova Ordem, foi assassinado por forças do exército em 1965.

<sup>21</sup> Marhaenismo trata da proposta ideológica social-nacionalista de Sukarno, que ainda levava em consideração aspectos tradicionais da cultura javanesa. Não confundir com a Pancasila, que embora estritamente relacionada, é melhor classificada como um modelo de arranjo político.

<sup>22</sup> A qual Sukarno classificou como “PKI-Musso”, sendo Musso, então, principal líder dentro do PKI, um membro do Comintern e intimamente associado à URSS, na qual passou diversos anos em exílio.

(MOZINGO, 2007; CRIBB, 1985). As escolhas do governo de Krushev sinalizavam que este cada vez mais entrava em *détente* com as potências ocidentais: a transformação se tornou óbvia para os comunistas chineses e, conseqüentemente, para os comunistas indonésios com o Tratado de Proibição dos Testes Nucleares de 1963. Esta clara divisão no mundo comunista não somente fez da URSS mais uma potência para alguns; ela também colocava a China em um grau maior de igualdade com os outros países subdesenvolvidos (MOZINGO, 2007).

Nos anos imediatamente anteriores aos eventos de 1965, o PKI se encontrava altamente fortalecido. No entanto, seu poder de mobilização social não atingiu a escala do maoísmo na Guerra Civil Chinesa, e seus inimigos, o exército indonésio, encontravam-se proporcionalmente muito mais preparados e armados do que o Kuomintang. A mediação de Sukarno era fundamental para proteger o partido, mas ambos os lados sabiam que este não governaria para sempre.

### **2.1.2. A Nova Força Política: O Exército**

O fim da revolução pela independência fez do exército indonésio a mais prestigiada instituição da nova república. Acima de tudo, essa força política tinha como elo o projeto nacionalista. O exército, composto de indonésios treinados na Guarda Real Holandesa e nas milícias japonesas (e, algumas vezes, em ambos, como no caso do General Suharto), tinha sua identidade na defesa da integridade territorial do país. Embora tal lógica possa parecer óbvia, a função das forças armadas fez com que estas se mantivessem fora da influência islamista, mesmo contando com a participação de muçulmanos beatos no seu plantel.

Se pela função o exército se distanciava dos projetos paralelos ao nacionalismo laico, as insurgências ligadas a movimentos radicais confirmaram o teor anti-islamista da força. Em especial, os confrontos do exército com a guerrilha islâmica do Darul Islam imprimiram a ideia de que os partidos islamistas, não se limitando aos radicais, constituíam fontes potenciais de ameaça ao Estado unitário. De modo semelhante, o levante comunista de 1948 também ressaltou os elementos anticomunistas dentro do exército. Logo, devido ao histórico de revoluções dentro da revolução (DRAKELEY, p. 85), o exército formou uma percepção de insulamento no meandro político da Indonésia independente, como o baluarte da Pancasila.

Este é outro elemento marcante do poderio militar: desde sua concepção, adotou a fórmula do nacionalismo laico no treinamento das tropas. A missão suprema do exército era,

além de defender a integridade territorial contra ameaças externas, defender a Pancasila no campo interno. Entretanto, a interpretação de como defender o Estado da Pancasila poderia diferir em muito daquela, por exemplo, do Partido Nacionalista, encabeçado por Sukarno.

Mas mais importante do que as diferentes interpretações sobre a Pancasila, no primeiro momento, foram as diferenças dentro do exército. Afinal, os desafios para a consolidação de uma força combatente capaz e organizada no arquipélago indonésio eram imensos. O exército era responsável pela defesa do já então um dos maiores países do mundo em extensão territorial. Embora muitos militares tenham sido treinados tanto pelos holandeses como pelos japoneses, esta não era a realidade da maior parte da força treinada. Enquanto os holandeses forneceram um treinamento melhor sistematizado, estes não ofereciam a possibilidade de ganho de experiência no oficialato para os nativos, e a proporção de indonésios no programa de treinamento da KNIL era muito pequena. A mobilização social, evitada pelos holandeses, foi abertamente promovida pelos japoneses (que, por sua vez, ofereceram oportunidades para os indonésios assumirem cargos no oficialato), o que teve como consequência um programa de treinamento militar muito diferente do holandês. A técnica japonesa era fraca no ensino de habilidades relacionadas ao combate, mas ressaltava o papel político de uma força combatente organizada. Os japoneses não só forneceram treinamento para milícias nacionalistas, mas também para as islamistas<sup>23</sup>. Deste modo, mesmo provendo um ensino politizado para as milícias, em nenhum momento foi de interesse japonês que as estas fossem dotadas de algum elemento de união entre elas.

A pluralidade identitária dentro do exército era um grave problema a ser enfrentado pelo alto comando em Jakarta. Nos anos subsequentes à independência, os esforços do Chefe do Estado Maior do Exército, General Nasution<sup>24</sup>, em hierarquizar e profissionalizar o exército acentuaram as tensões dentro da força. Embora o projeto de centralização fosse também uma ambição de Sukarno, os dois eram abertamente adversários políticos. Nasution, percebendo a fraqueza do sistema parlamentar e julgando igualmente fraco o peso político do presidente, ensaiou uma tentativa de golpe (ou pelo menos de assegurar maior grau de controle sobre o sistema governamental) ao cercar de tropas o Palácio Presidencial em 1952 sob o pretexto de garantir uma menor intromissão da política sobre os afazeres das forças armadas. A iniciativa fracassou após um discurso hábil de Sukarno, mas Nasution voltou ao antigo posto três anos depois, após um período de exílio. A verdade é que,

---

<sup>23</sup> O Masyumi, é outro resultado da política dos japoneses no esforço de mobilização social.

<sup>24</sup> Abdul Haris Nasution foi uma das principais lideranças políticas dentro do exército e serviu duas vezes como Chefe do Estado Maior do Exército, incluindo o período do golpe de 1965. Sua posição proeminente o fez disputar com Suharto a liderança do exército na conclusão dos eventos do dito ano.

maior do que as diferenças entre Sukarno e o alto comando, era a disputa entre o comando central e os particularistas dentro do exército.

O exército indonésio se encontrava sem qualquer regularidade nos anos de sua formação. O fornecimento de equipamento, armas, roupas e até mesmo do soldo era irregular entre as várias divisões. Mais igualmente incipiente era o controle administrativo de Jakarta sobre o resto do país, principalmente nas outras ilhas, à exceção de Java. Nisto, os militares atribuídos aos comandos fora de Java viam na falta de controle central uma oportunidade de se imiscuir nas atividades comerciais locais como forma de obter os recursos necessários para a manutenção da tropa (ou, como ficou evidente, como forma de aumentar a fortuna pessoal). Tais militares se adaptaram à conjuntura de administração descentralizada de uma forma maléfica à consolidação das instituições do Estado, e impediam que a hierarquia fosse, de fato, respeitada.

A tensão entre o particularismo e o centralismo no exército atingiu seu ápice em 1958, quando os comandantes particularistas em Sumatra proclamaram a independência de um Estado indonésio paralelo ao de Jakarta<sup>25</sup>. A rebelião dos oficiais tomou dimensões internacionais quando a administração Eisenhower, nos Estados Unidos, decidiu apoiar com equipamento e mercenários os rebeldes. Embora o plano pretendesse que a ligação oficial não fosse descoberta, logo se tornou evidente o papel de Washington atrás do incidente. O discurso anti-imperialista de Sukarno e do PKI ganhou mais argumentos com o ocorrido, enquanto os militares leais ao governo indonésio foram surpreendidos pela atuação agressiva da grande potência (AANSTAD, 1999; SIMONS, 2000).

Entretanto, a PRRI, sigla pela qual ficou conhecido o Governo Revolucionário da República da Indonésia, não durou muito. A rebelião dos coronéis de Sumatra foi rapidamente desmantelada com a atuação do General Nasution. A principal consequência dos acontecimentos de 1958 para o exército foi a elevação da importância de constituir uma força coesa, se fosse realmente do interesse dos militares enfrentarem seus adversários políticos. Em 1958, a Indonésia já estava no período que ficou conhecido como a Democracia Dirigida, em que Sukarno, com apoio de diversas parcelas do panorama político nacional, instituiu um governo em que o presidente, não-eleito e com vastos poderes, governava com o auxílio de um gabinete, representando a população. Declaradamente, a base ideológica deste novo governo estava no acrônimo NASAKOM, que significa “Nacionalistas, Religiosos e

---

<sup>25</sup> Lembra-se aqui que Sumatra, principalmente na região de Aceh, possui um histórico de independência em relação aos centros políticos de Java.

Comunistas”. O que se percebia, de fato, era que o governo se sustentava em dois pilares apenas: os militares e os comunistas.

## 2.2. *Vivere Pericoloso*<sup>26</sup>

Após os anos da democracia parlamentar, duas forças ganhavam proeminência: os militares, que se declararam os defensores do nacionalismo laico e da Pancasila, e os comunistas representados pelo PKI, com grande poder de mobilização popular e cujos ideais iam ao encontro daqueles de Sukarno. Este, como figura política, também se tornava cada vez mais essencial como elemento de negociação entre as forças políticas na Indonésia. O histórico de dissensões partidárias e de revoluções dentro da revolução aguçou a percepção de que o principal perigo para a República eram as divisões internas. Nesta conjuntura, Sukarno derivava seu poder e influência pela capacidade de articular concessões entre as três forças. Mas o líder indonésio, apoiado primeiramente pelo PNI, não tinha o interesse de permanecer como a eminência parda: desde o final do período da ocupação japonesa, Sukarno defendia a instauração de um presidencialismo real como melhor caminho para a estrutura política de um país como a Indonésia.

Até 1957, diversas forças passaram a apoiar o projeto de Sukarno: algumas pela dificuldade em atingir maior representatividade no parlamento (os islamistas moderados do Nahdatul Ulama) e outras por vislumbrarem um poder de influência real sobre o presidente (PKI e Exército Indonésio). Entretanto, talvez o principal fator por detrás da queda do parlamentarismo tenha sido a incapacidade do governo de lidar com os crescentes problemas econômicos que assolavam o país. Gargalos logísticos, como a insuficiência da distribuição de comida, aliados ao que se observava no Parlamento, ou seja, uma infundável disputa política sem vencedores, faziam com que a população observasse com melhores expectativas propostas paralelas de governança. Então, em 1957, o presidente, com respaldo popular, empreende uma série de reformas no aparato governamental, iniciando o período da Democracia Dirigida, que duraria até 1965/1966. O principal desafio do regime era trazer maior estabilidade política, objetivo no qual o período parlamentar falhou completamente.

---

<sup>26</sup> *Vivere Pericoloso* é a famosa frase em italiano usada por Sukarno como o título do seu discurso do Dia da Independência em 17 de agosto de 1964. Posteriormente, a linha foi usada no romance cujo título em português é “O ano em que vivemos perigosamente” (The Year of Living Dangerously) que, por sua vez, foi adaptado para o cinema com o mesmo nome. A frase é usada amplamente na bibliografia sobre o período para se referir às agressivas barganhas políticas aplicadas por Sukarno nos últimos anos da Democracia Dirigida, tanto no plano interno como no externo.

Uma transformação fundamental é a transferência da defesa do nacionalismo, do PNI e outras forças civis intimamente ligadas ao período revolucionário, para o exército. O principal fator foi o progressivo distanciamento de Sukarno a qualquer força política individual, mesmo o PNI, do qual era um dos principais criadores. O projeto de Sukarno de atuar como uma força política indispensável na presidência implicava representar não somente os nacionalistas laicos, mas também, em algum grau, os islamistas e os comunistas. Seu objetivo era declaradamente representar a Indonésia como um todo, constituindo um amálgama das forças políticas internas. Suas credenciais como líder internacional o permitiam almejar tal fim: é impossível dissociar a Pancasila, representante máximo deste objetivo, da organização da Primeira Conferência Asiático-Africana em 1955, a Conferência de Bandung.

Ao mesmo tempo, a necessidade para o alto comando do exército em Jakarta de criar elementos de união dentro do exército fomentava a implementação da Pancasila e sua defesa no programa de treinamento para soldados e oficiais. Apesar de Nasution e Sukarno serem adversários, ambos concordavam no papel que os princípios da Pancasila exerciam em um país tão dividido internamente. Assim, não somente se criava um elo ideológico no exército, mas também incitava no exército o senso de necessidade da defesa da República contra as ideologias subversivas. Após a retomada de Papua Ocidental em 1962-1963, fruto de investidas militares e diplomáticas combinadas, o exército incrementou seu perfil como defensor do nacionalismo<sup>27</sup>.

Enquanto a retomada de Papua pode ser considerada uma vitória para Sukarno e para o exército, o NASAKOM implicava na homogeneização de cada uma das três vertentes políticas. Cada vez mais, no regime de Sukarno, o nacionalismo era representado pelos militares, e não por iniciativas civis independentes. Aumentava o número de ministérios e gabinetes controlados por funcionários do exército. Em contrapartida, para diminuir a influência dos militares, o líder se aproximava dos comunistas.

A criação da Força Aérea representou o empenho de Sukarno em tornar os comunistas uma ferramenta de contrabalança frente ao exército. A Força Aérea Indonésia tinha como seu Chefe do Estado Maior um simpatizante do comunismo a partir de 1962<sup>28</sup>. Para reforçar a ideia de que Sukarno estava em um esforço de contrabalança, a força aérea, e em menor grau, a marinha, recebiam a maior parte dos investimentos nas forças armadas (DRAKELEY, p. 105).

---

<sup>27</sup> Lembrar que a incorporação da totalidade dos territórios que passaram pelo controle holandês era associada aos nacionalistas, em diferença aos islamistas.

<sup>28</sup> Como ficou comprovado nos golpes de 1965, que serão tratados adiante.

Paralelamente, a vertente islamista foi reformada para excluir os elementos mais radicais. O Masyumi era o principal partido islamista no período da democracia parlamentar e, portanto, um dos principais protagonistas no constante duelo entre a visão islamista e a visão da Pancasila sobre o papel do Estado indonésio. Este partido teve seus direitos cassados já em 1960, juntamente com o Partido Socialista, no contexto da homogeneização das vertentes (o que confirmava o movimento do nacionalismo laico para a direita).

No final de 1962, a Democracia Dirigida havia resolvido quase a totalidade dos problemas que aplacavam a democracia parlamentar. Além das reformulações partidárias em prol de maior estabilidade política, Papua Ocidental estava mais uma vez sob a jurisdição de Jakarta e a guerrilha do Darul Islam foi desmantelada após a morte de seu líder. Entretanto, o panorama político apresentava novas dificuldades: duas forças antagônicas dominavam o espectro político, enquanto Sukarno derivava seu poder na capacidade de mediação das forças – o comunismo e o exército.

Com a extinção do PSI e o enfraquecimento do PNI, o nacionalismo laico estava concentrado na figura do presidente e no exército. O comunismo, entretanto, obteve sua ascensão ao maior partido do país justamente ao ceder ideologicamente frente à Pancasila e a Sukarno. Ao mesmo tempo, as forças islamistas restantes, demasiado fracas para constituir uma força independente das outras duas (em claro contraste ao quadro político de 1955, em que o principal debate político residia na oposição entre islamismo e Pancasila), tendiam a apoiar o exército por possuírem como ponto em comum, o anticomunismo. Após pouco tempo, já em 1963, o que havia era uma divisão interna em comunistas e anticomunistas como principal debate político, sob a mediação do presidente indonésio. Dificilmente este representasse um objetivo visado por Sukarno, visto que foi ele o principal criador da Pancasila ao mesmo tempo em que era declaradamente simpático ao socialismo e ao comunismo. O nacionalismo laico se dividiu em um ponto fundamental: os anticomunistas e Sukarno, para o qual a luta contra o imperialismo fazia dos comunistas um aliado ideológico.

Se a concertação entre os diversos partidos do período parlamentar se provou inexistente, a cooperação entre comunistas e anticomunistas beirava o impossível. Pode-se dizer que o pouco tempo em que coexistiram nesta intensidade e dentro do mesmo regime é um mérito da capacidade de Sukarno. Para os comunistas, o presidente era o homem certo no lugar certo: o PKI percebia que Sukarno era o que restava entre os comunistas e seus opositores, sendo os últimos muito melhor armados e organizados. Para o exército, ele representava uma fonte de legitimidade necessária, mas com um problema fundamental: a sua predisposição em apoiar os comunistas. Não há dúvidas de que o clima político em 1964 era o

de um confronto iminente; ambas as forças sabiam que Sukarno não seria presidente para sempre. Neste contexto, não é absurdo pensar que ambas as forças se preparavam para um embate próximo. Restava saber quem faria o primeiro movimento.

O clima político doméstico se via refletido no plano externo. A principal ameaça para a existência de um Estado indonésio, como se viu, não estava somente nas divisões internas. Tais ameaças adquiriam as dimensões que tomaram uma vez que países desenvolvidos aproveitaram a oportunidade para enfraquecer o controle de Jakarta sobre o arquipélago, rico em uma diversidade de recursos naturais, incluindo o petróleo. O discurso internacional contra o imperialismo não era somente um esforço de imprimir uma percepção de cerco às forças políticas internas; era um risco real. É neste contexto que a Conferência de Bandung foi articulada ainda em 1955, e é neste mesmo quadro que Sukarno mobilizou o exército para um conflito não declarado<sup>29</sup> contra a Federação Malaia e, posteriormente, a Malásia.

A criação da Federação Malaia e, posteriormente, da Malásia foi percebida por Sukarno como uma tentativa da Grã-Bretanha de renovar os laços coloniais que possuía no sudeste asiático<sup>30</sup>. O recém-criado país se confirmava como rival com o controle da porção norte de Borneo, fazendo fronteira terrestre com a Indonésia e opondo o projeto dos nacionalistas à época da independência de unificar o arquipélago indonésio. O exército, que recebia parcela significativa de treinamento e equipamento dos Estados Unidos, começava a perceber no discurso contra o imperialismo de Sukarno indícios de seu comprometimento com os comunistas. Sendo o *casus bellum* da confrontação com a Malásia o anti-imperialismo, o alto oficialato do exército percebia na chamada *Konfrontasi*, como ficou conhecido o conflito, um jogo político de Sukarno que não condizia com os interesses da corporação. Dentre os generais que se opunham à *Konfrontasi* estava o General Suharto, que acabou por destituir, anos depois, o regime sukarniano para estabelecer o seu próprio, consolidando-se como o presidente mais longo que a República Indonésia já teve.

A *Konfrontasi* não só foi um fracasso militar, mantendo-se o *status quo*, como acirrou a tensão entre comunistas e anticomunistas. É neste contexto que Sukarno faz o discurso de 17 de agosto de 1964, em uma tentativa de garantir a sustentabilidade do regime. O ano seguinte ao discurso foi um período de altíssima tensão política. O presidente começava a apresentar indícios de que sua saúde não estava boa, lembrando o PKI e o

---

<sup>29</sup> Certamente, o principal motivo para Jakarta não declarar guerra oficialmente era não acionar a aliança com o Reino Unido, com o qual a Indonésia veria suas chances de vitória destruídas.

<sup>30</sup> Cabe ressaltar que, desde sua criação, a Federação Malaia e a Malásia mantiveram laços militares com o Reino Unido, em um processo de independência muito diverso daquele empreendido pela Indonésia.

exército de que um plano de contingência era necessário; e que inescapavelmente incluía a subjugação da força oponente.

No plano internacional, a luta anti-imperialista aproximava a Indonésia da China comunista, que cada vez mais se distanciava de Moscou para se aliar ao terceiro mundo. Pequim, por sua vez, efetuava uma diplomacia tripartite com a Indonésia, sendo Pequim, Jakarta e o PKI os três nódulos. Os Estados Unidos, já sob a administração Kennedy, procurou reverter as perdas diplomáticas do governo Eisenhower, implicado na insurgência de 1958, oferecendo pacotes de ajuda econômica para o governo e programas de treinamento para o exército. Enquanto isso, a Malásia se confirmava como um dos maiores países do sudeste asiático, apesar dos esforços de Sukarno em promover a instabilidade política do novo Estado.

Em agosto de 1965, a situação chegou a um ponto crucial: Sukarno abriu mão de todos os laços com o ocidente por perceber na política externa dos países desenvolvidos o principal obstáculo para a obtenção de uma real independência de seu país. A Indonésia retirou sua participação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial. Com a iminência do ingresso da Malásia como membro rotativo do Conselho de Segurança, a Indonésia anunciou sua retirada total da organização, sendo o único caso em toda a história da Organização das Nações Unidas (SCHWELB, 1967, p. 661). Para os militares, tornava-se claro que Sukarno havia decidido apoiar os comunistas. Enquanto os Estados Unidos cortaram ajuda para Jakarta, não encerraram suas relações com o exército. Caso a situação não estivesse clara o suficiente, no discurso de agosto, Sukarno anuncia a criação de um eixo Jakarta-Pequim-Phnom Penh-Hanoi-Pyongyang<sup>31</sup>, fundindo conclusivamente sua luta anti-imperialista com o Marxismo.

Em setembro de 1965, aproximadamente um ano após o decisivo discurso de 1964, o arranjo político desabou com as ações do Movimento 30 de Setembro. Alegando a possibilidade de um golpe articulado pelo generalato do exército, a guarda presidencial, articulada com elementos do exército e da força aérea, executou seis dos principais generais do exército<sup>32</sup>. Suharto estava fora da lista e, portanto, sobreviveu. Como comandante da força de reserva de Jakarta, a *Kostrad*, assumiu a responsabilidade de eliminar o Movimento sob a clara tentativa de golpe. Nem mesmo o peso político de Sukarno foi suficiente para impedir a

---

<sup>31</sup> A criação do eixo constituiu quase uma surpresa para Pequim (MOZINGO, 2007).

<sup>32</sup> Nasution, embora estivesse na lista, conseguiu escapar no último momento, utilizando o jardim de sua residência como cobertura. Apesar de sua sobrevivência, não se pode inferir que este fez parte da articulação do plano: sua filha de cinco anos foi assassinada no processo. O mesmo não se pode dizer de Suharto, cuja implicação no Movimento é possível.

caça aos integrantes do movimento, que contava com a participação de membros do PKI. Ao final, Sukarno não possuía mais capacidade de proteger os comunistas, que foram perseguidos e exterminados por militares e islamistas.

Este é um dos períodos mais obscuros da história da Indonésia, sendo muito custoso elucidar quais as forças por detrás do golpe. Entretanto, como supracitado, não é difícil de imaginar que ambas as forças possuíam planos de golpes preventivos no caso de a mediação de Sukarno não ser mais suficiente para garantir a sua continuidade. Assim, provavelmente a liderança do PKI possuísse um plano de eliminar os generais anticomunistas, enquanto os generais tinham um plano de golpe militar como proteção a um Estado comunista, embora não seja clara a ordem dos eventos de 1965.

O que se sucedeu, após o primeiro golpe do Movimento, foi a declaração de apoio da força aérea e do PKI, que se reuniu com Sukarno, mas este não possuía mais meios de impedir que Suharto empregasse a Kostrad para normalizar a situação. Houve um período de indefinição política, em que rapidamente o exército, associado às organizações islamistas, assumiram a ofensiva. Contando com o apoio da embaixada americana em Jakarta (SIMMONS, 2000), iniciou-se uma enorme caça aos comunistas em todo o território nacional, constituindo uma das maiores chacinas do século XX. As estimativas de mortes variam, girando em torno de um milhão, segundo a CIA (PAUKER, 1969). O número foi tão elevado, em um curto espaço de tempo, que os rios e os peixes ficaram contaminados com os corpos despejados nas águas (PIKE, 2010). Embora Suharto só assumisse o governo em 1967, a extinção física do PKI significou o fim de um dos pilares do regime de Sukarno. Com o fim político deste, o projeto de nacionalismo de esquerda foi sumariamente enterrado, sendo o islamismo e o nacionalismo do exército as únicas forças políticas relevantes.

O nacionalismo do exército, neste contexto, ganhou força para imprimir na política externa da Indonésia sua própria agenda, que em muito diferia daquela de Sukarno. Embora o islamismo tivesse representado um aliado fundamental na extinção do comunismo e, deste modo, na eliminação de uma das forças fundamentais no tripé político pós-independência, as organizações islamistas não eram capazes de resistir ao controle do exército. Não existia mais um negociador como Sukarno para limitar as ambições das forças armadas. Suharto, que antes do golpe era conhecido como um general não politizado (fator pelo qual, segundo alguns autores, justifica o fato de não ter constado na lista do Movimento 30 de Setembro), como comandante da operação que combateu o golpe preventivo, assegurou sua base de poder no exército mesmo frente a antigos líderes, como o general Nasution.

### 2.3. A Nova Ordem e a Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)

Nos anos subsequentes ao golpe preventivo do Movimento 30 de Setembro e o contragolpe do exército, Suharto assegurou suas bases de poder, principalmente por meio do exército. A atuação partidária foi progressivamente controlada, e o Golkar<sup>33</sup> foi instituído como o partido do regime. Com grande parte dos partidários da esquerda fisicamente eliminada, o PKI logo sucumbiu, com todos os seus principais líderes em exílio ou mortos. Mesmo os islamistas foram progressivamente controlados, com a imposição de um partido único para toda a vertente islamista em 1973.

Um ponto relevante é a manutenção e até mesmo a expansão da Pancasila como ideologia nacional e do regime. Embora os militares tivessem suas diferenças com Sukarno, não negavam sua filiação à ideologia criada por ele. Assim, a Pancasila subsistiu na Nova Ordem não só como uma escolha racional, mas também como necessidade: como corpo ideológico, a Pancasila fornecia um elemento de união indispensável ao exército multiétnico da Indonésia. Em 1987, a Pancasila foi instituída como ideologia obrigatória a todos os partidos remanescentes. Mesmo o partido dos islamistas, o Partido do Desenvolvimento Unido (PPP, na sigla em indonésio), foi obrigado a retirar a simbologia muçulmana de seus logotipos e adotar os preceitos da Pancasila como diretrizes partidárias. O período da Nova Ordem é conhecido pelo crescimento econômico que empreendeu, uma média de aproximadamente 5% ao ano durante todo o período. O regime de Suharto reverteu a política econômica de independência completa de Sukarno para fomentar a entrada de investimentos externos<sup>34</sup>. Assim, ao final da Nova Ordem, a Indonésia não só possuía a maior população muçulmana do mundo e uma das maiores extensões territoriais, mas também uma das economias mais promissoras do mundo em desenvolvimento.

Sobre o perfil de atuação internacional do novo regime, o melhor modo de entendê-lo é analisando a criação da ASEAN logo nos primeiros momentos do novo regime. É consensual que o grau de soberania à disposição não era um luxo do qual este usufruía em 1967. Também não era claro ainda o fim de Sukarno como principal figura política da Indonésia. As próprias bases do regime no exército também não eram evidenciadas como

---

<sup>33</sup> Sigla em Indonésio para Partido dos Grupos Funcionais. Este era o partido de Suharto, predominante ao longo da Nova Ordem.

<sup>34</sup> Como bem coloca Haftel (2010), nem Sukarno era completamente contra a entrada de investimentos externos, nem Suharto via no crescimento da importância da ajuda econômica e investimentos diretos uma benesse *per se*. Existia um gradiente e mesmo os governantes, em seus respectivos regimes, mudavam sua posição relativa de acordo com a conjuntura enfrentada. Apesar disso, é possível declarar que enquanto a principal preocupação de Sukarno era com o grau de interferência das potências externas, Suharto tinha como objetivo principal a reativação da economia, que se encontrava disfuncional desde a independência.

garantidas. Diante do quadro de turbulência interna, porque a Indonésia, logo no início de sua nova fase, empreendeu tal iniciativa? Como aponta Haftel (2010), existem custos políticos a serem considerados na criação de uma organização de cooperação regional relacionados à transferência de soberania a um órgão interestatal independente. Mesmo que a agenda do órgão em questão esteja totalmente de acordo com a política externa de um de seus membros em dado momento, depreende-se que a articulação entre eles para que o órgão continue existindo tornará essencial algum grau de negociação e, conseqüentemente, de recuo frente aos interesses dos outros Estados-membros. Para responder a pergunta acima, considerando os argumentos contrários à criação da ASEAN como órgão de cooperação regional entre os países liberais do sudeste asiático, é necessário avaliar a posição da Indonésia em pelo menos cinco níveis.

No nível mais imediato, o regime de Suharto teve de lidar com a herança da complexa política externa da Democracia Dirigida. Em 1965, a Indonésia havia declarado sua oposição a tudo em que percebia a atuação de forças imperialistas dos países desenvolvidos. O desdobramento mais crítico desta política foi o estado de confrontação contra a Malásia pelo controle de Borneo. O objetivo político de Sukarno, mais do que controlar a totalidade da ilha, era tornar insustentável a estruturação do Estado malaio, incluindo ações de teor político encobertas na península malaia, estreitando os laços com as forças opositoras ao regime malaio. O exército e, principalmente, Suharto, nunca foram, no mínimo, entusiastas desta iniciativa. A primeira tarefa do regime era, então, normalizar as relações com a Malásia. Este país, juntamente com Cingapura e Filipinas (todos os países contavam com estreitos laços militares com potências ocidentais), formava a ASA, a Associação do Sudeste Asiático, desde 1961. Assim, não só para encerrar o conflito, mas para demonstrar a predisposição do novo regime em cooperar com o país vizinho, a Indonésia teve a iniciativa de também participar conjuntamente da Malásia em um órgão de cooperação regional. A ASA mais a Indonésia formaram, assim, o núcleo duro na formação da ASEAN.

Um segundo nível de interesse indonésio na formação da ASEAN foi a instrumentalização de um órgão supranacional para legitimar o governo central no combate ao comunismo e ao separatismo, problema que todos os países não comunistas do sudeste asiático tinham em comum. Visto que este era o principal problema enfrentado pelos regimes, a questão da possível perda de soberania na criação de um órgão interestatal era facilmente respondida pela recuperação da soberania do regime no enfraquecimento dos movimentos particularistas e/ou comunistas. A união “por cima” oferecida pela ASEAN garantia que não

mais um Estado fomentaria os dissidentes políticos do regime de outro Estado, como aconteceu na Konfrontasi.

O terceiro nível seria o econômico. Aqui, entretanto, não era proeminente a possibilidade de comércio intrabloco, pelo menos no ponto de vista indonésio: a principal oportunidade na criação de um órgão internacional como a ASEAN era sinalizar a comunidade internacional da mudança de comportamento que houve com a transição do regime, com o objetivo de atrair investimentos diretos externos. Os países da ASEAN, em especial a Indonésia, sinalizavam para os países desenvolvidos que a região passava, nos termos de Buzan & Waever (2003), de uma região de formação de conflitos para uma região estável. Demonstrando suas intenções benignas em relação ao sistema internacional, os países da ASEAN também esperavam observar um acréscimo na ajuda e na entrada de investimentos. Ressaltando as possibilidades de retorno aos investidores estrangeiros, os países da ASEAN, sobretudo a Indonésia, observaram um aumento real da entrada de investimentos estrangeiros. É impossível explicar o crescimento médio de 5% ao ano da Nova Ordem se a dissociarmos da criação da ASEAN<sup>35</sup>.

O quarto nível de interesse, embora subjetivo, não é menos importante. A ASEAN, como se observa na Declaração de Bangkok (1967) e, posteriormente, na Carta da ASEAN (2007), tem preceitos muito próximos da Pancasila. A ASEAN, em semelhança à própria Indonésia, é composta de territórios e povos com histórias em grande parte distintas, embora com o ponto em comum que é a posição periférica na economia internacional. Em uma região com tamanha diversidade, o curso de ação para a promoção da cooperação regional é necessariamente muito diverso daquele empreendido por uma organização como a

---

<sup>35</sup> O crescimento econômico da Indonésia durante a Nova Ordem alcançou o resultado de um PIB na década de 1990 três vezes maior que o da década de 1960. O período em questão, especialmente de meados da década de 1970 em diante, foi marcado por casos semelhantes de crescimento econômico em todos os países da ASEAN. Não só o período é marcado pelo enraizamento institucional da associação e do estabelecimento de mecanismos formais de cooperação econômica, como também assegurou a inserção da região na dinâmica econômica asiática. Também é neste período que se populariza o conceito da “Revoada dos Gansos” como padrão de desenvolvimento econômico (AKAMATSU, 1962). Segundo tal conceito, o padrão de desenvolvimento econômico na Ásia se dava através de um ciclo no qual o Japão seria a liderança econômica, e que com tempo as outras economias associadas atingiriam o mesmo grau de desenvolvimento tecnológico que o líder apresentava em dado momento. Em semelhança ao formato em “V” característico de uma revoada de gansos, o Japão seria o ganso líder, o segundo escalão seria formado pelos tigres asiáticos (Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong), e a terceira fila seria formada pelos quatro principais países da ASEAN (Indonésia, Tailândia, Malásia e Filipinas). Assim, o modelo demonstra como o desenvolvimento associado entre os países implicaria em um avanço tecnológico comum, no qual o segundo escalão atingiria no futuro o patamar japonês, o terceiro alcançaria o segundo, etc. A ideia da Revoada dos Gansos tinha sua contrapartida diplomática na Doutrina Fukuda. A Doutrina foi articulada a partir da política externa japonesa da década de 1970 para os países da ASEAN, pelo então Primeiro Ministro Takeo Fukuda. O principal elemento da doutrina é a cooperação com os países emergentes da ASEAN no campo político e econômico, cujos princípios serviriam de base para a diplomacia japonesa frente todo o leste asiático.

Comunidade Europeia<sup>36</sup>. A experiência ideológica na Indonésia foi uma das principais influências na estruturação do que mais tarde ficou conhecido com a “ASEAN Way”<sup>37</sup>, a atitude diplomática promovida pela organização. Mais importante que a criação de órgãos de solução de controvérsias, no primeiro momento, é o incentivo à promoção da confiança entre os membros (*confidence building*). Este curso de ação, em que decisões são tomadas por consenso e em consulta a todas as partes envolvidas, em que o fortalecimento do sentimento de união é mais importante que a execução da justiça a qualquer custo, poderia até mesmo ser parafraseada no Discurso da Independência de Sukarno em 1945.

O último nível de interesse, mais profundo e igualmente importante, é a percepção do regime de Suharto da necessidade de algum grau de concertação entre os países periféricos para melhor negociarem com as economias desenvolvidas. Embora Suharto fosse diversas vezes mais próximo dos Estados Unidos do que o era Sukarno, era evidente para o governo da Nova Ordem que o apoio de uma ou outra potência não seria suficiente para estabelecer o controle sobre todo o país. Em um território tão extenso e populoso como a Indonésia, embora o apoio de países mais poderosos fosse de grande valia, em última instância a base social do regime era o elemento decisório. Assim, embora o regime de Suharto divergisse ideologicamente de Sukarno, e os militares do exército dispusessem de laços de proximidade com os Estados Unidos, havia a necessidade de contrabalanceamento frente à crescente influência dos EUA no desenvolvimento econômico nacional<sup>38</sup>.

Portanto, a criação da ASEAN atendia a uma série de interesses nacionais indonésios, mesmo em um momento de turbulência política como o enfrentado em 1967. Fundamentalmente, a criação da ASEAN provou que o protagonismo da Indonésia no cenário internacional não dependia somente das capacidades políticas de Sukarno, mas era um fato que emanava do dote territorial e populacional, e dos problemas que daí emergem. A liderança da Indonésia no esforço da criação da ASEAN é comparada ao esforço brasileiro no MERCOSUL e na UNASUL, em que o maior país da região assume a maior parcela dos

---

<sup>36</sup> Cabe lembrar que a Comunidade Europeia, que em 1967 assumia o que antes era as Comunidades Europeias do Carvão e do Aço, de Energia Atômica e a Comunidade Econômica no Tratado de Bruxelas, tinha um escopo geográfico muito menos ambicioso que o da ASEAN. O grau de homogeneidade entre os países da Europa ocidental é incomparável ao dos países do sudeste asiático.

<sup>37</sup> O conceito de “ASEAN Way” reflete uma atitude frente à gerência da segurança internacional comum aos países da ASEAN. Dentre os principais elementos, identifica-se a proeminência do papel do consenso como ferramenta para controlar o surgimento de conflitos, ficando em segundo plano a construção de mecanismos de solução de controvérsia tradicionais.

<sup>38</sup> O dilema da dependência é tratado de forma singular na obra de Weinstein (2007), em que o autor compila uma série de entrevistas com as principais lideranças na formulação da política externa, incluindo o alto oficialato. Embora não seja explicitado, depreende-se pelo contexto que grande parte das entrevistas data das décadas de 1960/1970.

custos da integração. Mais que isso, a ASEAN é hoje uma das mais antigas organizações de cooperação regional entre países em desenvolvimento, cujo histórico merece apreciação por todos os países do chamado terceiro mundo.

### 3. INDONÉSIA HOJE

Neste capítulo, será tratado o período contemporâneo da Indonésia, também conhecido como *Reformasi*. O período pós-Suharto é marcado pela redemocratização do país, que enfrentou a crise asiática de 1997, o tsunami de 2004 e uma série de atentados terroristas ao longo da última década. Far-se-á uma análise dos principais desafios à luz do debate enunciado nos capítulos I e II, tanto na esfera doméstica quanto na esfera internacional.

#### 3.1. Reformasi

Na década de 1990, a Nova Ordem completou seu trigésimo aniversário. A principal questão no meio político indonésio era quais as possibilidades em um provável afastamento do longo presidente. Os esforços do líder indonésio em consolidar sua posição de poder significaram que havia poucos possíveis pretendentes a uma sucessão dentro do regime da Nova Ordem. Ao mesmo tempo, as organizações islamistas, que participaram na formação do novo regime em meados da década de 1960, estavam alijadas da administração e aspiravam por maior participação política. Entretanto, a posição de Suharto na presidência aparentava se manter inabalável, garantida no curto prazo (LEIFER, 2000; SEVERINO, 2008).

É neste contexto que as demonstrações estudantis contrárias ao autoritarismo do regime começam a ganhar fôlego na década de 1990. É interessante notar que, em última instância, as organizações islamistas não desempenharam os papéis principais na democratização do país. Após um longo período de crescimento econômico, embora com pouco desenvolvimento em quesitos sociais, como a distribuição de renda, surge uma nova geração nas grandes cidades. Ligada à pequena burguesia, a geração que foi às ruas em 1998 foi formada em um ambiente com limitadas opções de participação política. Não só a política, mas a economia também era dominada pelos militares na Nova Ordem.

A principal causa para o fim do regime de Suharto foi, sem dúvidas, os efeitos da Crise Asiática de 1997. A situação atingiu diretamente os países da ASEAN, que tinham no fluxo de investimentos externo um dos principais pilares de seu crescimento econômico. A Indonésia sofreu no ano subsequente uma severa desvalorização da moeda nacional, a rúpia, que acoplada aos problemas econômicos e políticos estruturais, como a corrupção, constituiu um golpe do qual o regime de Suharto não conseguiria se recuperar.

Após um longo período dominado pelo nacionalismo liberal de Suharto, sua queda diante da pressão popular mostrou que a política indonésia continuava tributária das divisões fundamentais encontradas no início da República. Islamismo político e nacionalismo de esquerda, mais uma vez, se apresentaram com suas propostas políticas diversas daquelas empreendidas por Suharto. Na véspera do final da Nova Ordem, a disputa política ainda era controlada pela aprovação de somente três partidos: o Golkar, o partido do regime e, portanto, dos militares, o PDI, com o projeto nacionalista de esquerda remanescente de Sukarno, e o PPP, representando as forças islamistas. O PDI, liderado então pela filha de Sukarno, Megawati Sukarnoputri, assumiu a alcunha “luta” (*Struggle*, ou *Perjuangan* no indonésio) ao final da sigla para demarcar sua posição fora do arranjo político da Nova Ordem, transformando-se assim no PDI-P. O PPP seguiu existindo como um dos principais partidos islamistas, mas não mais como o único.

O período democrático começou repleto de incertezas. Ao deixar o cargo, Suharto entregou o posto da presidência ao vice-presidente B. J. Habibie, que se comprometeu a assegurar a transição para a democracia e a volta das eleições para presidente. Entretanto, após anos de hegemonia política, os militares não se dissiparam politicamente. Ao contrário do que ocorreu no Brasil, o partido do regime indonésio, o Golkar, não só continuou a existir como também se manteve como um dos partidos com mais assentos nas assembleias legislativas da Indonésia. A crise econômica, que causou e acompanhou a instabilidade política, implicou em um dos períodos mais conturbados para a integridade da República Indonésia. O valor da rúpia, nos meses subsequentes ao ápice da crise, despencou em relação ao dólar, acabando em uma relação seis vezes inferior à média do período anterior. Os problemas econômicos, associados às pressões políticas, imprimiram uma pausa dramática nos gastos militares (HARTFIEL & JOB, 2005, p. 7). Em 1997, constituindo uma tendência que seguiria até 1999, as forças militares, que passavam por um processo de modernização, tiveram seus fundos redirecionados para a normalização macroeconômica do país.

O Estado fortemente centralizado de Suharto não podia mais subsistir na circunstância de caos na qual estava imersa a Indonésia. Ainda na presidência de Habibie, iniciou-se um processo de descentralização para enfrentar o possível risco de uma desintegração territorial no imediato pós-autoritarismo. Em 1999, o referendo sobre a independência do Timor Leste é organizado com a participação das Nações Unidas<sup>39</sup>.

---

<sup>39</sup> Os militares não esperavam que Habibie propusesse o Referendo. Dentre as motivações por detrás da mudança de atitude do presidente, é possível que esteja a percepção de que o Referendo poderia apontar uma opinião favorável à permanência do país na República Indonésia. Por outro lado, uma derrota no Referendo impediria

Também em 1999, uma série de leis é aprovada para incrementar a relação entre união e administrações locais e implementar a *Otonomi Daerah*, ou “autonomia regional” (SEYMOUR & TURNER, 2002, p. 1). A República do Estado Unitário da Indonésia recuava em relação à sua posição extremamente forte com os elementos políticos regionais, se comparada ao período anterior. Como apresenta Seymour & Turner, entretanto, o processo de descentralização não se deu como o início de uma transição a algum modelo mais próximo da federação. As leis, embora depositassem maior autoridade aos governos locais, não a conferiam ao principal nível administrativo, o nível provincial. Ao invés disto, o ganho de autonomia foi dado a segmentos mais inferiores, incluindo o municipal, que possuem menor capacidade de administração que as províncias. É clara a preocupação com o separatismo: são as grandes províncias que apresentam um risco de secessão, e não as pequenas municipalidades.

Apesar do caos político e da confirmação da secessão de Timor Leste, a República Indonésia seguiu no processo de democratização. As eleições de 1999 ainda não foram diretas, e a grande presença de políticos islamistas na assembleia determinou que Megawati Sukarnoputri (principal liderança no movimento pela democratização) não seria a presidente. Ao invés dela, o líder islamista Abdurrahman Wahid<sup>40</sup> assegurou sua candidatura, com Megawati na vice-presidência. O governo de Wahid, primeiro presidente não associado aos militares, foi constituído com um governo de união nacional, em que todos os grandes partidos, incluindo tanto o Golkar como o PDI-P, participaram. Entretanto, a situação política de Wahid se deteriorou profundamente no final do ano de 2000, quadro o qual Wahid não conseguiu contornar. Em meio ao enfraquecimento da união entre as forças políticas que constituíam seu governo, Wahid determinou que o então Ministro para Assuntos Legais, Políticos e de Segurança, Susilo Bambang Yudhoyono, declarasse um Estado de Emergência. Yudhoyono recusou, e a presidência de Wahid chegou ao seu fim em um processo de impeachment. Em 2001, no cargo de vice-presidente, Megawati Sukarnoputri assume a presidência. Apesar de filha do grande líder da independência, seu governo foi marcado pelo distanciamento da figura do presidente em relação à execução da política do dia a dia, baseando seu governo essencialmente na sua figura como defensora da união nacional<sup>41</sup>.

---

uma insurreição contra Jakarta que rapidamente poderia contagiar outras regiões com histórico de movimentos separatistas.

<sup>40</sup> Wahid tem suas credenciais políticas como um proeminente líder do NU, a maior organização islamista do período pós-Suharto.

<sup>41</sup> O período de sua presidência, que se estendeu até 2004, foi marcado por graves atentados terroristas. Também é neste período que se instituiu a eleição direta para o cargo de presidente.

Em 2004, nas primeiras eleições diretas para o cargo de presidente da República Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono (SBY) assume o seu primeiro mandato. Proveniente do exército, fez carreira na Kostrad, a mesma reserva em que Suharto havia construído sua trajetória. Sua ascensão ao Ministério de Assuntos Legais, Políticos e de Segurança, após um ano no Ministério de Minas e Energia, confirmou-o como um político militar reformista. Isto porque o supramencionado Ministério tinha como principal função a reforma da divisão de responsabilidades entre militares e civis. Embora militar de carreira e com uma formação que o aproxima de Suharto, Yudhoyono construiu sua figura política na defesa de um papel puramente securitário ao exército. De fato, sua ascensão à presidência pelo voto direto assegurou os ganhos do movimento democrático no país. Líder do recentemente criado PD (Partido Democrático), SBY representa um novo elemento nacionalista na política, não diretamente atrelado nem à antiga estrutura do regime de Suharto, nem ao partido de Sukarnoputri.

### **3.2. Principais Desafios Internos**

Não há dúvidas de que os principais obstáculos para que a Indonésia efetue uma maior liderança no cenário internacional derivam dos problemas originários na esfera doméstica. Com a quarta maior população do mundo, majoritariamente concentrada na ilha de Java<sup>42</sup> e, sobretudo, nas grandes cidades da ilha, a primeira ordem de problemas incorre na infraestrutura do país e nos problemas da sustentabilidade do crescimento econômico indonésio. Com consequências que se entrecruzam com esta primeira ordem, a segunda é relacionada com os movimentos particularistas no arquipélago, que protagonizaram episódios de grave violência política no período pós-Suharto.

Os anos de crescimento econômico indonésio sob a tutela de Suharto, embora permitissem um grau inédito de acúmulo de capital para o país, pouco contribuíram para o incremento de fatores-chaves na sustentabilidade social do projeto econômico. Java e, particularmente, Jakarta, mantiveram-se concentrando grande parte da entrada de investimentos na Nova Ordem. A concentração de renda se deu em todos os níveis: Java em relação ao resto do arquipélago; as grandes cidades de Java em relação ao meio rural; Jakarta em relação às grandes cidades; e a elite cleptocrática em relação à grande parte da população

---

<sup>42</sup> A ilha de Java é considerada a ilha mais populosa do mundo, sendo também uma das regiões mais densamente povoadas. 60% da população indonésia reside na ilha, em um total de 135 milhões de habitantes. Desproporcionalmente, Java é apenas a quinta maior ilha da Indonésia.

(ROBISON, 2009, p. 211). A presença das forças militares na política acabava por ser um, e assim indispensável, dos poucos elementos de estabilidade nacional. A crescente desigualdade de renda geográfica foi confrontada com um grau crescente de centralização política, cuja base no exército era necessária para manter o controle sobre a população local.

A concentração populacional e econômica traz hoje consequências trágicas para o funcionamento da economia indonésia. Jakarta nunca foi projetada para abrigar tamanho contingente populacional. A concentração das atividades econômicas na ilha implica que, além dos problemas infraestruturais, como os alagamentos, um dos principais gargalos do crescimento econômico é a dificuldade com que o desenvolvimento se alastra para outras regiões mais periféricas.

É impossível entender como foi possível o controle político da Nova Ordem sem situar a Indonésia no tabuleiro da Guerra Fria. A ocupação do Timor Leste foi efetuada com o respaldo do ocidente, principalmente da Austrália e dos Estados Unidos. Após a amostra da possibilidade de que a nação mais populosa do sudeste asiático poderia se manter fora do controle do ocidente, com a ascensão do PKI ao posto de maior partido do país, a Nova Ordem de Suharto era muito bem-vinda para os interesses do bloco ocidental. A facilidade com que Suharto conseguiu apoio para a ocupação do Timor é representativa do respaldo internacional com o qual o regime autoritário contava.

Assim, não é difícil explicar a preocupação que Jakarta demonstrou na transição de regimes com a causa dos movimentos particularistas. A rapidez com que as leis de autonomia regional e que o referendo de independência de Timor Leste foram efetuados sinaliza um recuo da velha capital. Entretanto, o quadro atual ainda é de um governo altamente centralizado – a República se mantém no modelo de Estado Unitário. Dentre os movimentos particularistas, dois requerem maior atenção, dada a sua relevância atual: o da província de Aceh e o movimento da Papua Ocidental.

A província de Aceh, como explorado ao longo do texto, possui um longo histórico de distância e oposição às influências provenientes de Java. Enquanto Java é caracterizada pela consolidação da cultura *abangani*, Aceh é um bastião da filosofia *santri*. Aceh, a região pela qual o islã entrou no arquipélago, possui uma ligação cultural muito mais direta com a influência da religião do que os javaneses, que assimilaram o islamismo como mais um elemento do caldo cultural da ilha. Sumatra, ilha na qual se situa a região de Aceh, possui um elemento natural de rivalidade com Java, visto que são estas duas as mais importantes e povoadas ilhas do arquipélago. Historicamente, grandes reinos tiveram seus centros políticos em uma ou outra ilha. A questão de Aceh sempre necessitou de atenção

especial, e a região usufruiu de um grau ímpar de autonomia regional mesmo sob o regime de Suharto. Atualmente, a região é a única que possui partidos políticos únicos, uma exceção ao resto do território indonésio. O crescimento do terrorismo religioso no arquipélago só atribuiu maior importância à questão de Aceh, onde as organizações islamistas possuem uma forte base social.

O conflito armado em Aceh data da década de 1970, quando a Nova Ordem progressivamente se distanciava do islamismo político e incrementava o controle da capital sobre as regiões. Assim surge o Movimento Aceh Livre, cuja liderança possui ligações com a antiga rebelião do Darul Islam (DI). O movimento cristaliza o elemento de continuidade nas linhas mais radicais do islamismo político, pois constituiu um obstáculo à Nova Ordem semelhante ao constituído pelo DI à época da República de Sukarno.

Neste contexto, o tsunami de 2004, não obstante a catástrofe humana que provocou, ofereceu uma oportunidade política única: a província de Aceh foi uma das regiões mais atingidas pelo fenômeno<sup>43</sup>. A magnitude do desastre impediu a continuidade das hostilidades, e em 2005 foi assinado o acordo de paz entre Jakarta e o Movimento. A região, que não possuía os meios materiais para a reconstrução local e a prestação de cuidado às vítimas, dependeu da República para a reestruturação e reparação das perdas. A região hoje ainda possui o maior grau de autonomia local dentro da República, enquanto a luta armada deixou de existir na prática.

O segundo principal movimento secessionista, e de relevância fundamental no debate contemporâneo sobre Indonésia, é o concernente ao território de Papua Ocidental. A ilha de Papua possui uma matriz étnica especialmente diferente da do resto do arquipélago (muito embora a diversidade social seja uma marca nas ilhas que compõem a Indonésia). Assim defende o Movimento Papua Livre<sup>44</sup>, organização militante que se originou na transição de 1965. Os militantes de Papua constituem hoje a mais atuante força secessionista do arquipélago. Em 17 de outubro deste ano, o “Congresso Popular de Papua” se reuniu para declarar a existência de um governo independente sob a alcunha de “República do Estado de Papua” (PAPUAN PEOPLE’S CONGRESS, 2011). A organização foi declarada ilegal por Jakarta e reprimida. O movimento, embora não esteja ainda conclusivamente dispersado, não obteve reconhecimento internacional. O território indonésio na ilha de Papua é de valor

---

<sup>43</sup> O terremoto sub-aquático de 2004, no Oceano Índico, foi o terceiro maior já registrado por um sismógrafo na história. O epicentro do terremoto foi muito próximo da região de Aceh, devastando a principal cidade, Banda Aceh.

<sup>44</sup> O movimento é caracterizado pelo conservadorismo frente às propostas de desenvolvimento emanadas de Jakarta

estratégico para o país. Além de ser uma reserva territorial frente ao ocasional antagonismo australiano, Papua Ocidental possui uma das maiores reservas florestais e de biodiversidade do arquipélago, sendo muito menos explorada do que o é Borneo.

O aspecto mais relevante para a análise do caso indonésio, entretanto, não é a possibilidade da secessão em si. Como ficou provado na secessão do Timor Leste, a possibilidade de secessão pode significar mais do que a simples perda territorial. Um problema associado à perda territorial é o papel que a reconfiguração territorial tem para o debate interno. É neste contexto que os principais projetos nacionais conflitantes desde a independência têm relevância nos dias de hoje. O debate sobre a manutenção ou não de Papua, por exemplo, data da independência em 1945, consistindo em um elemento de divisão entre os nacionalistas de Sukarno e os islamistas, que defendiam a exclusão do território holandês em Papua na luta pela independência. Assim, o crescimento do movimento separatista representa um risco duplo, isto é, a perda de territórios e o enfraquecimento do pacto social representado na Pancasila. Por isso também, o crescimento do federalismo não deve ser entendido como uma perda para a República, desde que não associado ao crescimento do islamismo político no país.

Unindo o debate sobre descentralização, a sustentabilidade do desenvolvimento econômico indonésio e os projetos dos principais movimentos políticos, está o debate sobre a construção da nova capital<sup>45</sup>. A ideia da construção de uma nova capital data dos primeiros momentos da independência do país. Jakarta, antiga Batávia, era utilizada pelos holandeses como centro econômico das suas atividades no arquipélago, mas nunca foi pensada como um centro populacional ou centro político nacional. Assim, ainda na década de 1950, Sukarno propôs que a capital da República fosse transferida para o que é hoje a capital da província de Borneo Central. Sob consideração política, a centralidade da ilha de Borneo não só significaria melhores condições de desenvolvimento para a totalidade do arquipélago, como também possibilitaria ultrapassar o padrão histórico de centralizar a atividade política na ilha de Java, a despeito dos interesses das outras regiões. Mas Sukarno, enfrentando a grave conjuntura econômica resultante de sua postura combativa frente os interesses do bloco ocidental (e, particularmente, dos Estados Unidos de Eisenhower), não possuía os recursos necessários para efetuar tal movimento político. A mudança da capital prometia, então, solidificar o compromisso da República com o respeito à diversidade étnica e incrementar a capacidade administrativa ao colocar o centro de decisão no centro geográfico do país. A ideia

---

<sup>45</sup> *New Capital Ambitions in Indonesia*. Asia Times, 4 de agosto de 2011.

da mudança da capital não é semelhante à situação brasileira por acaso: a construção de Brasília se deu em um momento político no Brasil não muito distante daquele enfrentado por Sukarno, em que a consolidação do projeto nacionalista estava em jogo.

Enquanto a construção de uma “Brasília” representava o projeto nacionalista-esquerdista de Sukarno, a construção de uma Versalhes resultava do projeto nacionalista-liberal de Suharto. Já na década de 1990, quando os problemas na infraestrutura de Jakarta começaram a se provar incontornáveis se o centro político se mantivesse na cidade, o então presidente Suharto propôs que a capital fosse transferida em 50 quilômetros para o sul, na cidade de Jonggol. O projeto de Suharto, entretanto, foi enterrado com a crise asiática de 1997 e a subsequente queda do regime da Nova Ordem.

Os dois projetos se mantêm como as principais opções segundo a comissão “Indonesia 2033 Vision Team”, que avalia os possíveis cenários para a mudança da capital. Assim, a liderança política na Indonésia possui três opções: I) manutenção da capital em Jakarta, que necessita de reformas emergenciais para que, ao menos, mantenha-se o *status quo*, II) mudança para Jonggol, que representa uma escolha mais simples do que a opção por Borneo, mas não apresentará evolução para a consolidação da República, ou III) mudança para Borneo, que representará a consolidação e fortificação do projeto nacional frente às ameaças ao desenvolvimento econômico. A escolha por Jonggol, entretanto, apresenta um agravante: a região foi recentemente palco de um pico na especulação imobiliária. Não somente a escolha pela “Versalhes” constituiria uma escolha pelo *status quo* político mas, mais grave, seria uma confirmação do espírito cleptocrático da elite política, que teria uma oportunidade única de assegurar vastos lucros. As iniciativas concernentes à construção da capital fornecerão um forte indicador da solidez da Indonésia como Estado.

**Quadro 4 – Principais Partidos Políticos Hoje<sup>46</sup>**

Pancasila (340 assentos na assembleia)	Islamistas (169 assentos na assembleia)
Partido Democrático	PKB
Golkar	PPP
Partido Democrático Indonésio – Luta	PKS
Hanura	PAN
Gerindra	

### 3.3. Principais Desafios Externos

A Indonésia se situa em uma zona de única importância geoestratégica. Formando estreitos marítimos de enorme atividade comercial, o arquipélago indonésio possui uma importância para o sistema internacional mesmo puramente sob o aspecto geográfico. Mas não é somente aí que reside a relevância internacional do país: a República do Estado Unitário da Indonésia conta com o quarto maior contingente populacional do globo (a maior população muçulmana do mundo), uma economia em crescimento e um histórico de presença nos debates globais que vai além do sudeste asiático.

O presidente Yudhoyono já professou seu interesse em transformar a região em um país do grupo dos BRICS até 2020, ou seja, a Indonésia ainda tem um caminho a percorrer para chegar no nível de influência internacional como o do Brasil. Mas enquanto o Brasil desfruta de um já consolidado grau de influência nos debates globais, os países do sudeste asiático, especialmente a Indonésia, desfrutam de uma centralidade geográfica inédita. A ascensão econômica da China e do leste asiático deslocou, ao longo da segunda metade do século XX, o centro econômico do planeta do Atlântico para o Pacífico. Enquanto a importância estratégica do sudeste asiático na Guerra Fria derivava da evolução das fronteiras ideológicas e as consequências para o jogo entre os modelos das superpotências, a transformação econômica dos países da Ásia-Pacífico levantou a relevância econômica da região para o funcionamento da economia internacional.

<sup>46</sup> Os partidos agrupados como tendo uma base ideológica em comum na Pancasila possuem grandes diferenças entre si. De fato, seria mais fidedigno separar os elementos nacionalistas e liberais dentre os partidos. Entretanto, embora esteja claro que todos os partidos se encontram em algum ponto intermediário entre os dois tipos ideais (pode-se dizer que enquanto o Golkar representa a principal força associada ao liberalismo da Nova Ordem, o PDI-Luta melhor representa as ideias nacionalistas como proferidas por Sukarno), os partidos muitas vezes possuem elementos mistos, como é o caso do partido do presidente (o Partido Democrático). No grupo da Pancasila, pode-se também destacar os partidos marcadamente associados ao Golkar e à Nova Ordem: o Partido Hanura e o Partido Gerindra.

Talvez em nenhuma outra região geográfica tanta relevância estratégica esteja tão concentrada como nos estreitos de Malaca e Singapura. No seu ponto mais estreito, o canal navegável possui pouco mais de dois quilômetros de comprimento. Em termos de volume total, cerca de 60,000 toneladas de mercadoria passam pelo estreito por ano, carregando 80% do petróleo transportado para o nordeste asiático. O canal de Malaca, assim, possui o maior volume de tráfego em estreitos do mundo, percentual que cresce a cada ano. A tamanha importância econômica faz com que o risco de fechamento do estreito seja especialmente ameaçador para os países do nordeste asiático: Coreia do Sul, Japão e China. A interrupção no comércio, principalmente sob o aspecto do transporte de petróleo, acarretaria em uma crise energética global (LAI, 2009, p. 207). Mas enquanto Malaca representa o ponto mais crítico da importância marítima da Indonésia, uma visão mais ampla comprova que todas as principais rotas marítimas que ligam o Oceano Índico ao Pacífico passam pela Indonésia. Os estreitos de Sunda e Lombok, totalmente em águas territoriais indonésias, confirmam a proeminência estratégica do país nos cálculos das grandes economias da Ásia.

A importância geoestratégica da Indonésia não se limita à Ásia. A centralidade da economia chinesa na atual conjuntura internacional traz a Indonésia e os demais países da ASEAN para a centralidade do antagonismo entre China e Estados Unidos. Historicamente, a Indonésia procurou se afastar das consequências negativas do jogo entre as grandes potências para o desenvolvimento nacional: com a Conferência de Bandung e o Movimento dos Não-Alinhados sob a liderança de Sukarno, com a Declaração de Bangkok e o Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN sob o regime de Suharto.

Com a confirmação da importância da Ásia-Pacífico para o sistema econômico internacional na década de 1990, aumentou também o interesse dos principais atores internacionais sobre os países do sudeste asiático. Em 1994, ocorreu a primeira reunião do Foro Regional da ASEAN (ARF)<sup>47</sup>, um órgão de deliberação sobre temas políticos e securitários no qual todos os principais atores na região demonstraram interesse em participar. O principal objetivo do Foro é fomentar o espírito contido no Tratado, de abstenção ao uso da força e de primazia dos meios diplomáticos para a solução de controvérsias, entre todos os países que atuam na região, sobretudo as potências. O ARF, iniciativa dos países da ASEAN, também tem como objetivo trazer os litígios entre as potências para dentro da estrutura

---

<sup>47</sup> Participam do ARF os dez membros da ASEAN mais Austrália, Bangladesh, Canadá, República Popular da China, União Europeia, Índia, Japão, Coreia do Norte, Coreia do Sul, Mongólia, Nova Zelândia, Paquistão, Papua Nova Guiné, Rússia, Timor Leste, Estados Unidos e Sri Lanka.

organizacional da ASEAN, na qual os países da região podem concertar suas opiniões e montar uma frente única, negociando em uníssono.

A Indonésia está no centro dos esforços para que a ASEAN seja um elemento de distensão entre as potências que atuam na região. Entretanto, são grandes os obstáculos para que o sudeste asiático não seja prejudicado mais uma vez como o palco da disputa entre as grandes potências. Questões conflituosas de extrema complexidade, como a sobreposição de reivindicações territoriais marítimas no Mar do Sul da China, colocam a capacidade de concertação da ASEAN em xeque. Ao mesmo tempo, os países que mais diretamente se sentem ameaçados tendem a agir em discordância com a opinião do bloco, o que problematiza os esforços do bloco em consolidar a integração regional, como é o caso atual do Vietnã.

A continuidade do desenvolvimento da Indonésia não depende de um grau absoluto de harmonia no leste asiático. Alguma ocorrência de disputa na região sempre existirá, enquanto a região possuir relevância estratégica. Contudo, pode-se avaliar que o nível internacional começa a agir negativamente sobre o desenvolvimento nacional quando este começar a se imiscuir nos problemas domésticos. Nas décadas de 1950 e 1960, a Indonésia de Sukarno lutou contra as iniciativas estadunidenses de desestabilização do país. O governo do republicano Eisenhower foi especialmente nefasto, como se comprovou na atuação de mercenários ligados ao governo americano na rebelião militar na ilha de Sumatra. Neste sentido, um risco real para a Indonésia, hoje, é o aumento da polarização entre China e Estados Unidos. Enquanto a Indonésia procura manter a neutralidade, não é impossível visualizar um cenário em que os Estados Unidos repitam um esforço de desestabilização nacional.

Unindo os desafios da esfera doméstica e internacional, os recentes desenvolvimentos da questão separatista na ilha de Papua demonstram os riscos inerentes a uma mudança de diretrizes na política externa americana. Enquanto o movimento separatista renovou a afronta contra Jakarta na declaração de independência de outubro, um grupo de políticos da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos fez recentemente um lobby internacional para conferir uma visibilidade negativa à atuação dos esforços de policiamento da República contra os insurgentes (US HOUSE OF REPRESENTATIVES, 2011). A atuação destes políticos se deu em clara dissonância da política externa presidencial, visto que o presidente Obama estava em viagem para a Indonésia para um encontro bilateral prévio às reuniões de cúpula da ASEAN e seus parceiros de diálogo. Segundo a agência de notícias local, Obama ressaltou seu apoio à iniciativa do Estado indonésio no separatismo de Papua.

Ou seja: uma mudança na conjuntura política dos Estados Unidos<sup>48</sup> pode trazer a tona elementos mais desestabilizadores para a República Indonésia.

Portanto, o principal objetivo para a atuação internacional da Indonésia é procurar meios de suavizar os possíveis impactos negativos que a concorrência entre as potências pode ter para a região. Volta então a procura por uma via que una os países que partilham deste interesse. Assim, a faceta internacional do projeto dos nacionalistas como visto em Sukarno mantém seu significado nos dias atuais, com a ampliação da estrutura organizacional entre os países em desenvolvimento. Embora, na conjuntura da Conferência de Bandung, os países do então Terceiro Mundo não possuíam a capacidade material e política de constituir uma força devidamente articulada, a situação dos países em desenvolvimento hoje é profundamente diferente. A manutenção da predominância de partidos políticos aderentes à Pancasila, assim, fornece um indicador do compromisso da Indonésia em contribuir para tal articulação. Neste último ano, provou-se difícil avaliar se foi positivo o resultado dos esforços da ASEAN e da Indonésia em aumentar o grau de colaboração entre os atores da região dado o acréscimo das tensões regionais. Por outro lado, a entrada de todos os países do BRIC (excluindo a África do Sul) para o Tratado de Amizade e Cooperação da ASEAN nesta última década cristaliza a vontade política de estreitar os laços entre as economias em desenvolvimento a partir de investimentos e articulação política.

---

<sup>48</sup> Cabe ressaltar aqui que a presidência de Obama também não possui compromisso com a estabilidade da região, como ficou comprovado recentemente na promoção do Acordo Trans-Pacífico de Parceria Estratégica, uma iniciativa que visa alijar a China do sistema de organizações regionais da Ásia-Pacífico.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira conclusão referente à pesquisa é que, em relação às análises do início da década, as possibilidades de manutenção do desenvolvimento socioeconômico na Indonésia são muito mais concretas do que o apresentado. O quadro de desastres naturais, aliados ao crescente risco colocado pelos movimentos particularistas e terroristas religiosos, no contexto das dificuldades em consolidar a democratização, davam a clara impressão aos analistas de que a Indonésia seria o primeiro país asiático a se fragmentar, com a previsão de que isso aconteceria em um futuro não muito distante. De fato, não era uma tarefa fácil perceber de antemão a oportunidade política que foi oferecida pela devastação causada pelo tsunami de 2004 no epicentro dos movimentos separatistas da Indonésia, muito menos que a oportunidade seria aproveitada pela liderança política indonésia. Até aquele momento, o período democrático havia sido marcado por uma sucessão de presidentes que, na melhor das hipóteses, eram demasiado apáticos ao dia-a-dia da governança nacional. O recém-eleito presidente Yudhoyono se provou capaz de aproveitar a nova oportunidade: a região separatista se encontrou em uma situação na qual o apoio financeiro do governo central era indispensável.

Assim, dentre as análises contempladas, as apresentadas mesmo por grandes analistas do sudeste asiático, como Leifer (2000), Jones & Smith (2006), Dibb (2001), Seymour & Smith (2002) dificilmente vislumbram uma projeção que se aproxime da conjuntura atual. O atual presidente, embora militar, logrou em reerguer o prestígio do projeto nacionalista sem significar uma volta do exército, como corporação, ao poder. Ao mesmo tempo, os atuais desdobramentos concernentes ao Movimento Papua Livre consolidam a percepção de que o Estado indonésio se recuperou do problema de falta de liderança decorrente da democratização.

A chave para o entendimento dos problemas internos na sustentabilidade do desenvolvimento indonésio é verificar a decisão sobre a mudança ou não da capital da República. A possível escolha não só cristaliza a importância do debate entre os projetos, mas oferece nova luz até mesmo ao papel que Brasília teve para o fortalecimento do pacto federativo brasileiro. Caso a capital de fato se transfira para Borneo no médio prazo, pode-se afirmar que o governo central está de fato consolidando seu projeto em transformar a Indonésia em uma das maiores economias emergentes do sistema internacional.

Embora em menor grau, as percepções de uma possível fragmentação da Indonésia se viam refletidas na opinião de diversos analistas sobre o papel desempenhado pela ASEAN. O baixo grau de institucionalização de tarefas tradicionais de organizações de cooperação regional, como mecanismos de solução de controvérsias, na Associação demarcavam os limites que o processo apresentava. Nesta linha, a existência de um conflito insolúvel de interesses entre as potências, nomeadamente China e Estados Unidos, impediria qualquer ganho real de relevância para a organização. O quadro apresentado pelos analistas do sudeste asiático (JONES & SMITH, 2006; KATSUMATA, JONES & SMITH, 2008), principalmente nos que focaram na questão do Mar do Sul da China (LEIFER, 1999, por exemplo), era de que a ASEAN já havia atingido o limite da sua expansão. O Tratado de Amizade e Cooperação não havia sido assinado pelos Estados Unidos, ou seja, o tratado que consistia em um instrumento para evitar a possibilidade de uso da força militar não contava com a participação da maior potência militar na região.

Contudo, a mudança na presidência dos Estados Unidos provocou uma mudança de perfil americano na Ásia. Conquanto a presidência de Obama não pode ser considerada como um incremento decisivo aos esforços de institucionalização e estabilização das relações entre Estados Unidos, China e ASEAN, a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação pela Secretária de Estado Hillary Clinton foi de encontro a pareceres de que o sudeste asiático estaria no caminho para se tornar uma região de conflito novamente. O maior perigo para a ASEAN, como se provou nos últimos movimentos políticos na Ásia, não veio diretamente do jogo das grandes potências. Antes disso, a adoção de agenda unilateral de membros da ASEAN, em detrimento da concertação em bloco, coloca-se como o principal problema para o órgão no qual a Indonésia investe grande parte de seus esforços diplomáticos.

A partir desta reflexão, depreende-se que a sustentabilidade do desenvolvimento da Indonésia pode ser fragilizada indiretamente pelo crescimento na polarização entre China e Estados Unidos, e diretamente pela assunção de posições contrárias às iniciativas de mediação dentro da estrutura das organizações regionais. A ASEAN possui destaque pela liderança exercida pela Indonésia, em semelhança ao Brasil no MERCOSUL e, mas recentemente e menos diretamente, na UNASUL. Mas apesar da questão da influência externa, a consolidação do projeto interno tem preeminência no que mais importa para a perspectiva brasileira no aprofundamento das relações bilaterais.

O Brasil, após um longo período de indiferença à nação asiática, ensaiou uma aproximação em 1996, que não logrou maiores frutos. Foi somente em 2007 e 2008 que um projeto de aproximação foi encaminhado com veemência pelo Itamaraty. O crescimento

econômico daquele país, que já chamava a atenção na década de 1990 (sendo diminuído com os efeitos da crise asiática em 1997), somou-se à liderança que o país apresentava na ASEAN, que progredia na aceitação internacional de seu corpo de normas e instituições. De fato, somente o Brasil e a África do Sul estavam fora do Tratado de Amizade e Cooperação dentro do BRICS. Ao longo da última década, Rússia, União Europeia, Índia, Estados Unidos, Brasil e outros aderiram ao Tratado. A ASEAN desfruta de uma legitimidade internacional inédita, ao mesmo tempo em que novos obstáculos se mostram como desafios para a consolidação de uma posição única dentro do bloco nas suas relações com as potências da região.

O quadro apresentado oferece incentivos mútuos na cooperação bilateral entre as duas lideranças emergentes, Brasil e Indonésia. As possibilidades vão desde a cooperação estratégica no plano político até a cooperação comercial e técnica, como exemplificado na área da produção cafeeira<sup>49</sup>. Cabe ao Brasil não desperdiçar este impulso inédito nas relações bilaterais.

---

<sup>49</sup> A Indonésia prevê aumentar sua capacidade de produção de café e se tornar no segundo maior produtor do mundo, com a cooperação entre a ABIC e a AEKI, a associação de produtores e exportadores de café da Indonésia

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AANDSTAD, Stig Aga. **Surrendering to Symbols: United States Policy Towards Indonesia 1961–1965**. Oslo: University Of Oslo, 2006.

ABDULGANI, Roeslan. Ideologia Política Indonésia. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, n. 4, p.33-49, dez. 1958.

AKAMATSU, Kaname. A Historical Pattern of Economic Growth in Developing Countries. **The Developing Economies**. Tóquio, n. 1, p 3-25, mar. 1962.

ANDERSON, Benedict R.o.g.. **Java in a time of revolution: occupation and resistance, 1944-1946**. Nova Iorque: Equinox Publishing, 2006.

ANTARA NEWS. **Asean endorses Brazil`s accession to TAC**. 13 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.antaranews.com/en/news/77534/asean-endorses-brazils-accession-to-tac>

ANTARA NEWS. **Brazil, ASEAN sign amity, cooperation treaty**. 16 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.antaranews.com/en/news/77632/brazil-asean-sign-amity-cooperation-treaty>

ANTARA NEWS. **Obama respects Yudhoyono`s policies on Papua**. 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.antaranews.com/en/news/77713/obama-respects-yudhoyonos-policies-on-papua>

ANTARA NEWS. **RI, Brazil sign trade, investment cooperation accord**. 19 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.antaratv.com/en/news/77761/ri-brazil-sign-trade-investment-cooperation-accord>

ARAKAKI, Robert Ken. **Religion and State-Building in Post-Colonial Southeast Asia: A Comparative Analysis of State-Building Strategies in Indonesia and Malaysia**. Tese de Doutorado em Ciência Política na Universidade do Havaí. Honolulu, agosto de 2004.

BERT, W.. **The United States, China and Southeast Asian Security: A Changing of the Guard?**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

BEUKEL, Erik. **ASEAN and ARF in East Asia's Security Architecture: The Role of Norms and Powers**. Copenhagen: Danish Institute For International Studies, 2008.

BROWN, Colin. **Indonesia: The Unlikely Nation**. Cingapura: Allen & Unwin, 2008.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers: The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University, 2003.

COLLINS, A.. **The Security Dilemmas of Southeast Asia**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2000.

CONGRESS OF THE UNITED STATES. **Letter to President Susilo Bambang Yudhoyono**. 19 de agosto de 2011.

CRIBB, Robert. The Indonesian Marxist Tradition. In: MACKERRAS, Colin; KNIGHT, Nick. **Marxism in Asia**. Londres: Croon Helm, 1985. p. 251-272.

CROUCH, Harold. **The Army and Politics in Indonesia**. Nova Iorque: Equinox Publishing, 2007.

DENT, C.. **Asia-Pacific Economic and Security Cooperation: New Regional Agendas**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2003.

DIBB, Paul. **Indonesia: the key to South-East Asia**. International Affairs, Nova Iorque, v. 4, n. 77, p.829-894, maio 2001.

DRAKELEY, Steven. **The History of Indonesia**. Londres: Greenwood Publishing Group, 2005.

FEITH, Herbert. **The Decline of Constitutional Democracy in Indonesia: occupation and resistance, 1944-1946**. Nova Iorque: Equinox Publishing, 2007.

FENG, Zhu. An Emerging Trend in East Asia: Military Budget Increases and their Impact. **Asian Perspective**, Nova Iorque, v. 33, n. 4, p.17-45, maio 2009.

FRIEND, Theodore. **Indonesian Destinies**. Londres: Harvard University, 2003.

GOH, Evelyn. Great Powers and Hierarchical Order in Southeast Asia: Analyzing Regional Security Strategies. **International Security**, Nova Iorque, v. 32, n. 3, p.113-157, 2007.

HADIZ, Vedi R.. **Political Islam in Post- Authoritarian Indonesia**. Oxford: Centre For Research On Inequality, Human Security And Ethnicity, 2010.

HAFTEL, Yoram Z.. Conflict, Regional Cooperation, and Foreign Capital: Indonesian Foreign Policy and the Formation of ASEAN. **Foreign Policy Analysis**, Chicago, n. 6, p.87-106, 2010.

HARTFIEL, Robert; JOB, Brian. Raising the Risks of War: Defence Spending Trends and Competitive Arms Processes in East Asia. **Working Paper Series**, Nova Iorque, n. 44, p.3-33, mar. 2005.

HOTTA, Eri. **Pan-Asianism and Japan's War 1931-1945**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2007.

JONES, David Martin; SMITH, M.l.r.. **ASEAN and East Asian International Relations: Regional Delusion**. Londres: Edward Elgar, 2007.

KAHIN, George M.. **Nationalism and revolution in Indonesia**. Nova Iorque: Seap Publications, 2003.

KATSUMATA, Hiro. **ASEAN's Cooperative Security Enterprise: Norms and Interests in the ASEAN Regional Forum**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

KATSUMATA, Hiro; JONES, David Martin; SMITH, Michael L.r.. Correspondence ASEAN, Regional Integration, and State Sovereignty. **International Security**, Nova Iorque, v. 33, n. 2, p.182-188, 2008.

LAI, Hongyi. **Asian Energy Security: The Maritime Dimension**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

LEIFER, Michael. **Asian Nationalism**. Nova Iorque: Routledge, 2000.

LEIFER, Michael. **Stalemate in the South China Sea**. Paper apresentado no "SUM Workshop on the Conflict in the South China Sea", Oslo, 24-26 April

MCMILLAN, Richard. **The British Occupation of Indonesia 1945-1946: Britain, the Netherlands and the Indonesian revolution**. Nova Iorque: Routledge, 2006.

MOZINGO, David. **Chinese Policy Toward Indonesia 1949-1967**. Cingapura: Equinox Publishing, 2007.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. A Ásia, o Brasil e a Indonésia: Alguns comentários. **Lusotopie**, Bordeaux, n. , p.91-102, 1999.

PALMUJOKI, Eero. **Regionality and Globalism in Southeast Asia**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2001.

PAUKER, Guy J.. **The Rise and Fall of The Communist Party of Indonesia**. Santa Monica: Rand Corporation, 1969. 74 p.

PAYNE, Donald M.. To Indonesia: Step up and end systematic abuses in West Papua. **The Jakarta Post**, 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.thejakartapost.com/news/2011/11/18/to-indonesia-step-and-end-systematic-abuses-west-papua.html>

PEREIRA, Analúcia; RIZZI, Kamilla. **Índia: Evolução Histórica, Inserção Regional e Parceria com a ASEAN**. Porto Alegre, 2007. 74 p.

PHILPOTT, Simon. **Rethinking Indonesia: Postcolonial Theory, Authoritarianism and Identity**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2000.

PIKE, Francis. **Empires at War: A Short History of Modern Asia Since World War II**. Nova Iorque: I.b. Tauris, 2010.

PORTER, Donald J.. **Managing Politics and Islam in Indonesia**. Nova Iorque: Routledge, 2005.

PRENTICE, Louise. Intersecting Forces: Relevance of the Panca Sila to contemporary Indonesian Society. **Asian Social Science**, Toronto, v. 6, n. 3, p.3-6, set. 2007.

ROBISON, Richard. **Indonesia: The Rise of Capital**. Cingapura: Equinox Publishing, 2009.

SCHWELB, Egon. Withdrawal from the United Nations: The Indonesian Intermezzo. **The American Journal Of International Law**, Nova Iorque, v. 61, n. 3, p.661-672, jul. 1967.

SEVERINO, Rodolfo C.. **ASEAN**. Cingapura: Institute Of Southeast Asian Studies, 2008.

SEYMOUR, Richard; TURNER, Sarah. Otonomi Daerah: Indonesia. **New Zealand Journal Of Asian Studies**, Wellington, v. 2, n. 4, p.33-51, dez. 2002.

SIMONS, Geoff. **Indonesia: The Long Oppression**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2000.

VIZENTINI, Paulo Fagundes; RODRIGUES, Gabriela. **O Dragão Chinês e os Tigres Asiáticos**. Porto Alegre: Novo Século, 2000.

WEINSTEIN, Franklin B.. **Indonesian Foreign Policy and the Dilemma of Dependence**. Cingapura: Equinox Publishing, 2007.

YULISMAN, Linda. RI aims to be second largest coffee producer by 2016. **The Jakarta Post**. 17 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.thejakartapost.com/news/2011/11/17/ri-aims-be-second-largest-coffee-producer-2016.html>

ZENN, Jacob. New capital ambitions in Indonesia. **Asia Times Online**. 4 de agosto de 2011. Disponível em: [http://www.atimes.com/atimes/Southeast\\_Asia/MH04Ae01.html](http://www.atimes.com/atimes/Southeast_Asia/MH04Ae01.html)